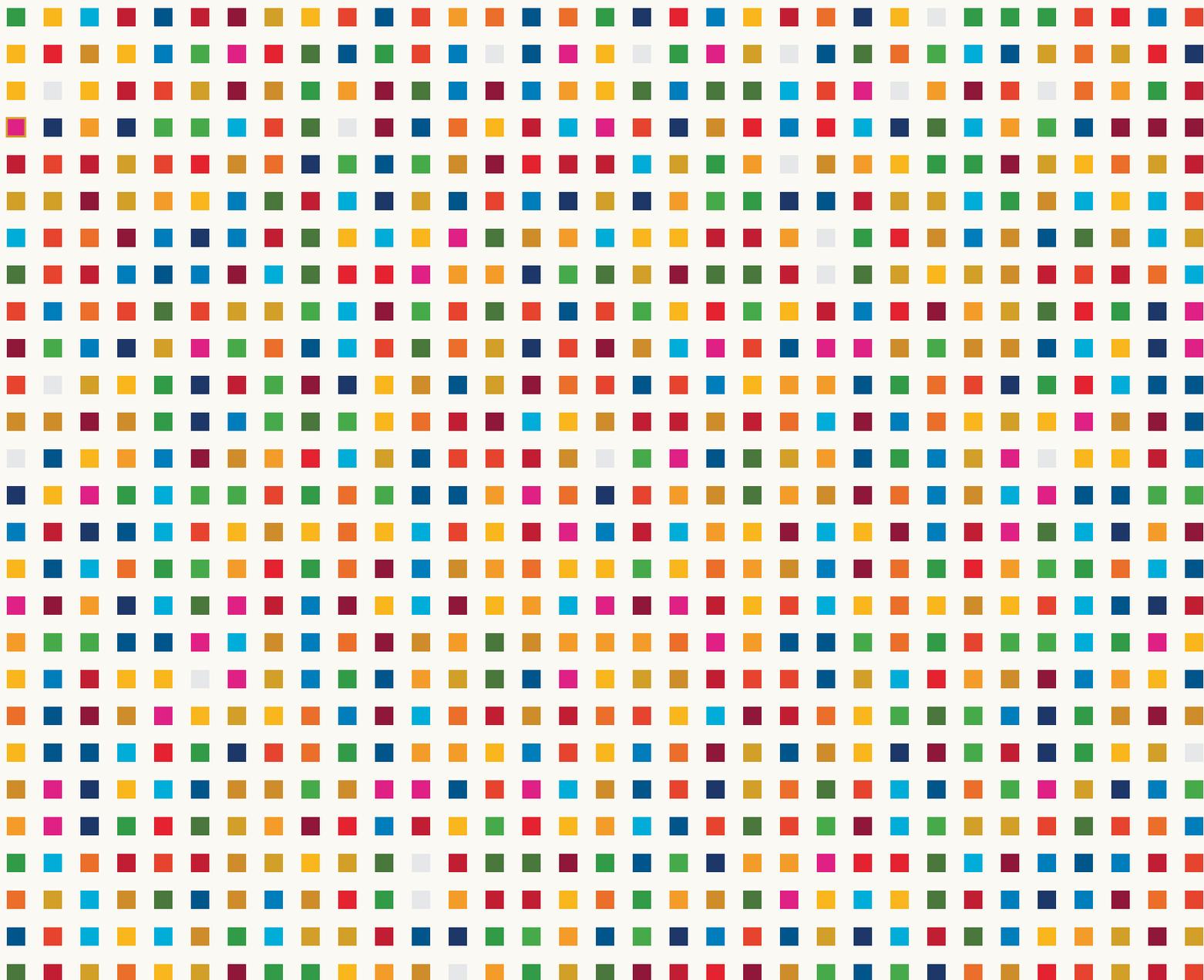


ÍNDICE E PAINÉIS DE ODS

RELATÓRIO GLOBAL

JULHO DE 2016



As visões expressas neste relatório não refletem necessariamente o ponto de vista de nenhuma organização, agência ou programa das Nações Unidas. Ele foi elaborado por uma equipe de especialistas independentes do Secretariado da SDSN e da Bertelsmann Stiftung.

O relatório foi produzido com ampla consultoria e assessoramento dos membros do Conselho de Lideranças da SDSN. Os membros do Conselho de Liderança relacionados abaixo contribuíram na qualidade de indivíduos, portanto as opiniões aqui contidas podem não refletir aquelas de suas instituições anfitriãs. Os membros não estão necessariamente de acordo com todos os detalhes do documento.

Seus principais redatores são Jeffrey Sachs, Guido Schmidt-Traub, Christian Kroll, David Durand-Delacré e Katerina Teksoz. O relatório deve ser citado como Sachs, J., Schmidt-Traub, G., Kroll, C., Durand-Delacré, D. e Teksoz, K. (2016): **SDG Index and Dashboards – Global Report**. New York: Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network (SDSN).

Design da capa por Ryan Swaney.

Layout do Relatório por Philippe Dabasse.

Foi disponibilizado um rascunho deste relatório para consulta pública e a Bertelsmann Stiftung e a SDSN entraram em contato com diversas organizações e especialistas para solicitar assessoria e orientação. Os autores agradecem pelo enorme número de comentários enviados por pessoas das instituições relacionadas abaixo, muitas vezes agindo na qualidade de indivíduos. Os autores agradecem em especial pelas contribuições pormenorizadas oferecidas por organizações membros da SDSN e colegas dessa Rede. Os comentários recebidos por escrito durante a consulta pública estão disponíveis em um compêndio no site www.unsdsn.org. A aprovação do relatório final não foi solicitada a nenhuma dessas organizações. Quaisquer erros ou omissões que tenham persistido são de total responsabilidade dos autores.

Agência Holandesa de Avaliação Ambiental PBL | Associação em Defesa dos Direitos dos Agricultores da Geórgia | Banco Mundial | Biositu, LLC | BirdLife International | CDP | Centro da Rede Internacional de Informações sobre Ciências da Terra (CIESIN), Universidade de Columbia | Centro de Ciências Ambientais da Universidade de Maryland | Centro de Estudos Econômicos e de Política Externa (EDAM) | Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade, Universidade Nova de Lisboa | Centro do Meio Ambiente e Sustentabilidade, Universidade de Gotemburgo | Centro Internacional de Agricultura Tropical | CIVICUS | Compassion in World Farming | Conhecimento para o Desenvolvimento sem Fronteiras (Knowledge for Development without Borders) | Conselho Alemão de Desenvolvimento Sustentável | Divisão Estatística das Nações Unidas | Ericsson | Escola Bren de Ciência e Gestão Ambiental, UC Santa Barbara | Escritório da ONU Sobre Drogas e Crime (UNODC) | Escritório de Desenvolvimento Humano, PNUD | Estação Experimental de Rothamsted | Fondazione Eni Enrico Mattei (FEEM) | Gavi, Aliança pela Vacinação | GEOMAR - Centro Helmholtz de Pesquisa Oceanográfica Kiel | GlaxoSmithKline | Global Crop Diversity Trust | Grupo de Energia e Recursos Ambientais, UC Berkeley | Index Initiative | Instituto Alemão de Desenvolvimento (DIE) | Instituto de Ecologia, Universidade Maior de San Andrés | Instituto de Estudos Avançados em Sustentabilidade (IASS) | Instituto Indiano de Assentamentos Humanos | Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (IIED) | Instituto Potsdam de Pesquisa sobre o Impacto Climático (PIK) | Management Sciences for Health | Ministério de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Canadá | Organização Federal de Pesquisa Científica e Industrial da Austrália (CSIRO) | Organização Internacional do Trabalho (OIT) | Organização Mundial da Saúde (OMS) | Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) | Painel Europeu do Nitrogênio (European Nitrogen Panel) | PARIS21 | Population Matters | Portia/ Cúpula de Gênero | Rede Europeia de Ética Empresarial da Alemanha (DNWE) | SDSN Alemanha | SDSN Amazônia | SDSN Andes | SDSN Austrália-Pacífico | SDSN Espanha | SDSN Filipinas | SDSN Grandes Lagos | SDSN Itália | SDSN Nigéria | SDSN Norte da Europa | SDSN Sudeste Asiático | The Geneva Consensus Foundation | Udyama | União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) | UNICEF | Universidade Bilkent | Universidade das Índias Ocidentais | Universidade das Nações Unidas (UNU) | Universidade de Ibadan | Universidade de Pávia, Itália | Universidade de Porto Rico, Campus Mayagüez | Universidade de Siena | Universidade Europeia de Flensburg | Universidade Macquarie | Universidade Tsinghua

Membros do Conselho de Liderança da SDSN (copresidentes):

Amina Mohammed Ministra do gabinete do Presidente Muhammadu Buhari, Nigéria; **Aromar Revi**, Diretor do Instituto Indiano de Assentamentos Humanos, Índia; **John Thwaites**, Presidente do Instituto de Sustentabilidade da Universidade Monash, Austrália; **Laurence Tubiana**, Representante Especial do Ministério das Relações Exteriores da França na Conferência do Clima de 2015 em Paris (COP-21) e Embaixadora da França para Negociações Climáticas, França; **Virgílio Viana**, Superintendente-Geral da Fundação Amazonas Sustentável, Brasil; **Lan Xue**, Professor Catedrático da Universidade Cheung Kong e Decano da Escola de Gestão e Políticas Públicas da Universidade Tsinghua, China.

Membros do Conselho de Liderança da SDSN:

Zakri Abdul Hamid, Assessor Científico do Primeiro-ministro, Malásia; **Irene Agyepong**, Professora do Departamento de Política, Planejamento e Gestão em Saúde da Escola de Saúde Pública da Universidade de Gana, Gana; **S. Exa. Reem Ebrahim Al Hashimy**, Ministra de Estado, Emirados Árabes Unidos; **Sultão Al Jaber**,* Ministro de Estado e Presidente da Masdar, Emirados Árabes Unidos; **SAS Príncipe Alberto II de Mônaco**, Chefe de Estado, Mônaco; **Inger Andersen**, Diretora-geral da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), Suíça; **Shaukat Aziz**, Ex-primeiro-ministro, Paquistão; **Peter Bakker**, Presidente do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Suíça; **Belay Begashaw**, Diretor dos Columbia Global Centers na África, Quênia; **Frances Beinecke**, Ex-presidenta da NRDC, EUA; **Joseph Bell**, Sócio da Hogan Lovells, EUA; **Mohamed Benaïssa**, Ex-ministro de Cooperação e Relações Exteriores, Ex-ministro da Cultura, Prefeito de Arzila e Secretário-geral da Assilah Forum Foundation, Marrocos; **David Berry**, Sócio da Flagship Ventures, EUA; **Micheline Calmy-Rey**, Professora Visitante da Universidade de Genebra, Suíça; **Joshua Castellino**, Professor de Direito e Decano da Faculdade de Direito da Universidade Middlesex, Reino Unido; **Madhav Chavan**, Cofundador e CEO da Pratham, Índia; **Mark Cutifani**, Diretor Executivo da Anglo American, Reino Unido; **Ingolf Dietrich**, Diretor do BMZ, Alemanha; **Robbert Dijkgraaf**, Diretor e Professor da Cátedra Leon Levy no Instituto de Estudos Avançados, EUA; **Bineta Diop**, Fundadora e Presidente da Femmes Africa Solidarité, Senegal; **Achim Dobermann**, Diretor da Estação Experimental de Rothamsted, Reino Unido; **Hendrik du Toit**, Diretor Executivo da Investec Asset Management, África do Sul; **Jan Egeland**, Secretário-geral do Conselho Norueguês de Refugiados (NRC), Noruega; **S. Ema. Metropolita Emmanuel**, Exarco do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, Grécia; **Leonel Fernández Reyna**, Presidente da Fundação Global Democracia e Desenvolvimento (FUNGLODE) e Ex-presidente, República Dominicana; **Christiana Figueres**,* Secretária Executiva, UNFCCC, Alemanha; **José María Figueres**, Presidente da Carbon War Room, EUA; **Cheikh Tidiane Gadio**, Presidente do Institut Panafricain De Stratégies e Ex-ministro das Relações Exteriores, Senegal; **Charlotte Petri Gornitzka**, Diretora-geral da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida); **Tarja Halonen**, Ex-presidenta da Finlândia e participante do programa Angelopoulos de Líderes Públicos Globais da Escola John F. Kennedy de Harvard, EUA; **James Hansen**, Diretor de Ciências Climáticas do programa Conscientização e Soluções do Instituto da Terra e Ex-diretor do Instituto Goddard de Estudos Espaciais da NASA, EUA; **José Miguel Insulza**, Ex-ministro de Relações Exteriores, Chile; **Naoko Ishii**, CEO e Presidenta do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), EUA; **Vuk Jeremić**, Presidente do Centro de Relações Internacionais e Desenvolvimento Sustentável (CIRSD), Sérvia; **Pavel Kabat**, Diretor-geral e CEO do Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados (IIASA), Áustria; **Geoffrey Kent**, Fundador, Presidente e CEO do grupo Abercrombie & Kent, Quênia; **Niclas Kjellström-Matseke**, CEO

da empresa sueca de loterias beneficentes Novamedia, Suécia; **Israel Klabin**, Fundador e Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, Brasil; **Adolf Kloke-Lesch**, Assessor Sênior do Instituto Alemão de Desenvolvimento, Alemanha; **Markos Kyprianou**, Ex-comissário europeu e ex-ministro de Relações Exteriores do Chipre; **Upmanu Lall**, Diretor do Centro da Água da Universidade Columbia, EUA; **Felipe Larraín**, Diretor do Centro Latino-americano de Políticas Econômicas e Sociais (CLAPES-UC) e Professor da Pontifícia Universidade Católica do Chile, Chile; **Lorde Richard Layard**, Diretor do Programa de Bem-Estar da Faculdade de Economia de Londres e Professor Emérito da Faculdade de Economia de Londres, Reino Unido; **Frannie Léautier**, Presidenta e Sócia-fundadora da Mkoba Private Equity, Tanzânia; **Yuan T. Lee**, Presidente Emérito da Academia Sinica, Taiwan, e Ex-Presidente do ICSU, França; **Klaus Leisinger**, Fundador e Presidente da Fundação Global Values Alliance, Suíça; **Justin Yifu Lin**, Professor e Decano Honorário da Escola Nacional de Desenvolvimento da Universidade de Pequim; **Gordon Liu**, Diretor do Centro Chinês de Pesquisa em Economia da Saúde (CCHER) da Universidade de Pequim, China; **Siamak Sam Loni** (de ofício), Juventude da SDSN, Austrália; **Jane Lubchenco**, Professor Titular da Universidade Estadual do Oregon, EUA; **Lu Mai**, Secretário-geral da Fundação de Pesquisa para o Desenvolvimento da China, China; **Julia Marton-Lefèvre**, Ex-diretora-geral da União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN), Suíça; **Vladimir Mau**, Reitor da Academia Presidencial Russa de Economia Nacional e Administração Pública, Rússia; **Miguel Ángel Moratinos Cuyaubé**, Ex-ministro de Relações Exteriores, Espanha; **Shahid Naeem**, Diretor do Centro Pela Sustentabilidade Ambiental do Instituto da Terra da Universidade Columbia, EUA; **Claude Nahon**, Vice-presidente Sênior de Desenvolvimento Sustentável do Grupo EDF, França; **Sunita Narain**, Diretora-geral do Centro de Ciência e Meio Ambiente (CSE), Índia; **Rebecca Nelson**, Professora da Universidade Cornell, EUA; **Charity Ngilu**, Secretária de Desenvolvimento Agrário, Habitacional e Urbano, Quênia; **Amadou Niang**, Diretor do Centro MDG de África Ocidental e Central, Senegal; **Michelle Nunn**, CEO da Care, EUA; **Cherie Nursalim**, Vice-presidenta do GITI Group, Singapura; **Leslie O'Donoghue**, Vice-presidenta executiva de Desenvolvimento e Estratégia Institucional e Diretora de Gestão de Risco da Agrium, Canadá; **Ikenna Onyido**, Professor e Diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Nnamdi Azikiwe, Nigéria; **Roza Otunbayeva**, Fundadora da Fundação Roza Otunbayeva, Quirguistão; **S. Exa. Mari Pangestu**, Ex-ministra de Turismo e Economia Criativa, República da Indonésia; **George Papandreou**, Ex-primeiro-ministro, Grécia; **Antonio Pedro**, Diretor da Comissão Econômica das Nações Unidas para África, Escritório Sub-regional da África Oriental, Ruanda; **Paul Polman**, CEO da Unilever, Países Baixos; **Sabina Ratti**, Diretora Executiva da Fondazione Eni Enrico Mattei (FEEM), Itália; **Srinath Reddy**, Presidente da Fundação de Saúde Pública da Índia, Índia; **Teresa Ribera**, Diretora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Relações Internacionais (IDDRI), França; **Angelo Riccaboni**, Reitor da Universidade de Siena, Itália; **Johan Rockström**, Diretor Executivo do Centro de Resiliência de Estocolmo, Suécia; **Rabino David Rosen**, Diretor Internacional de Assuntos Inter-religiosos do Comitê Judeu Americano, Israel; **Cynthia Rosenzweig**, Cientista Sênior de Pesquisa do Instituto Goddard de Estudos Espaciais da NASA, EUA; **Jeffrey Sachs**, Diretor do Instituto da Terra, Universidade Columbia, EUA; **Monsenhor Marcelo Sánchez Sorondo**, Chanceler da Pontifícia Academia de Ciências e da Pontifícia Academia de Ciências Sociais, Cidade do Vaticano; **Guido Schmidt-Traub**, Diretor Executivo da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), França; **Josette Sheeran**, Presidenta e Diretora Executiva da Asia Society, EUA; **Feike Sijbesma**, Diretor Executivo e Presidente do Conselho da DSM, Países Baixos; **Vania Somavilla**, Diretora Executiva de Recursos Humanos, Saúde e Segurança e Sustentabilidade e Energia da Vale, Brasil; **Andrew Steer**, Presidente e Diretor Executivo da World Resources Institute, EUA; **Carl-Henric Svanberg**, Presidente da BP, Reino Unido e Presidente da Volvo AB, Suécia; **M. Din Syamsuddin**, Presidente da Muhammadiyah, Indonésia; **Lena Treschow Torell**, Presidenta da Real Academia Sueca de Ciências da Engenharia,

Suécia; **Ted Turner**, Presidente da Fundação Turner e Presidente da United Nations Foundation, USA; **William Vendley**, Secretário Geral da Religions for Peace; **Hans Vestberg**, Presidente e Diretor Executivo do Grupo Ericsson, Suécia; **Martin Visbeck**, Cátedra de Oceanografia Física do GEOMAR – Centro Helmholtz de Pesquisa Oceanográfica Kiel, Alemanha; **Nur Hassan Wirajuda**, Ex-ministro de Relações Exteriores da Indonésia e Membro do Conselho de Assessores Presidenciais, Indonésia; **Hirokazu Yoshikawa**, Professor de Globalização e Educação Courtney Sale Ross da Universidade de Nova York, EUA; **Soogil Young**, Professor da Escola KDI de Gestão e Políticas Públicas e Ex-presidente do Comitê Presidencial de Crescimento Verde, Coreia; **Kim Young-Mok**, Presidente da Agência Coreana de Cooperação Internacional (KOICA), Coreia; **Hania Zlotnik**, Ex-diretora da Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, EUA.

Índice de Contenidos

Prefácio	9
Motivação para a produção de um Índice e Painéis não oficiais sobre os ODS	12
Parte I. O Índice de ODS	14
Linhas gerais da metodologia	14
Resumo dos resultados	15
Parte II. Os Painéis de ODS	20
Linhas gerais da metodologia	20
Resumo dos resultados	21
Parte III. Limitações e conclusões sobre esta análise	24
Anexo 1: Metodologia do Índice e dos Painéis de ODS	27
1. Seleção de indicadores e fontes de dados	27
2. Metodologia de elaboração do Índice de ODS	32
2.1 Testes estatísticos com dados brutos	35
2.2 Ajuste de escala e tratamento de valores extremos	35
Agregação	36
2.4 Abrangência de países e dados indisponíveis	41
2.5 Análise de correlação e robustez	42
2.6 Comparação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	43
2.7 Comparação do Índice de ODS global com o Índice Ampliado de ODS dos países-membros da OCDE	44
3. Metodologia adotada na elaboração dos Painéis de ODS	45
3.1 Geração dos limiares dos Painéis	45
3.2 Agregação de indicadores em cada ODS	48
3.3 Abrangência de países e dados indisponíveis	49
Anexo 2: Perguntas Frequentes sobre o Índice e os Painéis de ODS	50
Motivação	50
Seleção de dados e indicadores	51
Metodologia	52
Interpretação dos resultados e limitações	53
Próximos passos	55
Referências	56

Relação de Tabelas

Tabela 1. Tabela 1. Índice de ODS	17
Tabela 2. Classificação pelo Índice Ampliado de ODS dos países membros da OCDE	19
Tabela 3. Indicadores incluídos no Índice e nos Painéis de ODS	29
Tabela 4. Resumo Estatístico dos Indicadores incluídos no Índice de ODS	32
Tabela 5. Índices de ODS obtidos pela média aritmética e geométrica de todos os ODS	39
Tabela 6. Países não considerados no Índice e nos Painéis de ODS por insuficiência de dados	41
Tabela 7. Limiares dos indicadores adotados nos Painéis de ODS	45

Relação de Figuras

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	12
Figura 2. Comparação das classificações do Índice de ODS e do Índice de Desenvolvimento Humano	43
Figura 3. Classificação comparada dos países membros da OCDE no Índice de ODS global e no Índice Ampliado	44

Relação de Quadros

Quadro 1. Metodologias de geração de índices agregados	38
---	----

Prefácio

Como Presidente e Diretor-executivo da Bertelsmann Stiftung e Diretor da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), temos orgulho de apresentar o produto do trabalho realizado em conjunto pelas duas organizações. Esta é a continuação de um relatório pioneiro elaborado no ano passado pela Bertelsmann Stiftung, o Sustainable Development Goals: Are the Rich Countries Ready?, que também contou com a colaboração da SDSN. O documento descreveu a situação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 34 países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a maioria, nações de alta renda. O presente relatório amplia aquele trabalho em diversas direções, acrescentando indicadores, refinando a metodologia e adotando uma abordagem global, incluindo países de fora da OCDE também, agora com abrangência de 149 dos 193 Estados membros da ONU.

A finalidade deste relatório é ajudar os países a começarem a implementação dos novos ODS. Esses objetivos representam uma agenda universal de desenvolvimento sustentável, que convoca todas as nações a adotarem uma estratégia holística que combine desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Os 17 ODS definidos na ONU em 25 de setembro de 2015 incorporam uma visão global comum de como reunir essas três dimensões de desenvolvimento sustentável e transformá-las em ação no nível local, nacional e internacional. Para nós, foi uma satisfação perceber que, em todo o mundo, governos locais e nacionais já estão se unindo em torno desses novos objetivos, buscando formas de incorporá-los a processos de planejamento. Empresas, universidades e a sociedade civil também estão reconhecendo que os ODS e o Acordo de Paris sobre o clima (incorporado à agenda de desenvolvimento sustentável como ODS 13) são de fato “uma coisa nova”, que exige uma nova orientação de estratégia.ø

Existe um consenso não apenas com relação aos ODS, mas também ao fato de que esses objetivos representam uma agenda excepcionalmente complicada para os governos. Afinal, a dedicação em separado ao desenvolvimento econômico, à inclusão social ou à sustentabilidade ambiental já é bastante difícil. Atender às três coisas juntas e com estratégias de investimento que devem se estender por 15 anos, se não mais, certamente exigirá uma nova orientação do poder público e uma nova abordagem diante da implementação e do planejamento de políticas com o envolvimento de múltiplos grupos de interesse. As mudanças climáticas por si só, que correspondem a apenas um dos 17 ODS, exigem nada menos que uma revisão fundamental dos sistemas energéticos mundiais nos próximos 20 a 40 anos. O aumento da desigualdade e a lentidão do crescimento com perspectivas insuficientes de trabalho exigem urgência de ação política em muitos países. Não é possível observar os ODS mantendo os mesmos procedimentos de sempre.

Por esses Motivação, governos, empresas e a sociedade civil têm grande interesse em acompanhar os ODS ao longo do tempo para avaliar avanços, identificar prioridades, determinar pontos fracos na implementação e seguir no caminho certo para alcançá-los. Dessa forma, os países membros da ONU estão investindo tempo diplomático e esforço institucional considerável para definir um novo conjunto de métricas abrangentes para os ODS. Foi criado um Grupo Interinstitucional e de Especialistas (IAEG) para elaborar uma estrutura global de indicadores para os ODS. O trabalho minucioso desse grupo ainda está em andamento e deve seguir até 2017. O IAEG já identificou três categorias de indicadores, chamadas de “tiers”, considerando se já há metodologia definida e grande disponibilidade de dados (Tier 1), se há metodologia, mas não disponibilidade ampla de dados (Tier 2) e se a metodologia ainda não foi definida no contexto global (Tier 3).

Enquanto esse minucioso e laborioso esforço prossegue, é importante que os países comecem a se dedicar aos ODS com os dados relevantes que já estiverem à mão. Também é necessário que essas informações sejam acessíveis e compreensíveis não apenas por especialistas, mas também por funcionários de governo, empresas e pela sociedade civil, além, é claro, dos cidadãos em geral. Esse é exatamente o espírito do presente trabalho. Com base em nosso escrutínio rigoroso, o Índice e os Painéis dos ODS apresentam os dados relevantes já disponíveis para o acompanhamento dos ODS de forma que acreditamos ser informativa, inteligente e interessante para o público. Sempre que possível, utilizamos os indicadores oficiais e preenchemos as lacunas de informações com variáveis publicadas por fontes respeitadas.

Destacamos mais uma vez que o Índice e os Painéis de ODS não são produtos oficiais referendados por nenhum governo nem pelas Nações Unidas. Vemos este trabalho como uma ferramenta complementar de apoio ao processo oficial relativo aos Indicadores de ODS liderado pelos países membros da ONU com o apoio da Divisão Estatística da organização.

O Índice de ODS cria, pela primeira vez, uma medição do ponto inicial dos objetivos em 2015 no nível nacional. Isso ajudará os países a identificar prioridades que exigem ação imediata, entender os principais desafios à implementação e verificar defasagens que devem ser corrigidas para que seja possível atingir os ODS até 2030. Também permite que os países comparem seus resultados com a própria região, com outras nações de níveis parecidos de desenvolvimento econômico geral e com o mundo todo, incluindo os Estados de melhor e pior desempenho. Elaboramos as diversas medidas sobre cada ODS de modo que a posição de um país fique clara de imediato, em um espectro de 0 a 100, de “pior” (pontuação 0) a “melhor” (pontuação 100).

O relatório também apresenta Painéis de ODS, localizados nas páginas específicas de cada país, nos quais os objetivos são apresentados com as cores “verde”, “amarela” ou “vermelha”, indicando se o país já os atingiu (verde), se está em um caminho que exige atenção (amarelo) ou se, em 2015, estava gravemente longe de alcançá-los (vermelho). Somos rigorosos nesta fase, não por um espírito punitivo ou vingativo, e menos ainda por pessimismo. O rigor na atribuição das notas tem a intenção de destacar, para cada país do mundo, as grandes prioridades que devem ser observadas para que seja possível alcançar as metas e objetivos dos ODS. Os ODS são, de fato, metas ousadas para todos os países, portanto recomendamos que as nações estudem com atenção seu próprio desempenho em cada indicador para identificar as áreas em que é necessário avançar mais.

Esperamos que, além dos governos, outros públicos de interesse dos ODS encontrem neste relatório um conteúdo interessante e útil. Empresas, organizações da sociedade civil, fundações, universidades, a mídia e outros atores, todos terão um papel fundamental na transformação dos ODS em ferramentas práticas para explicar o desenvolvimento sustentável, administrar sua implementação, garantir a responsabilidade e transparência na prestação de contas – a chamada *accountability* – e apresentar os avanços no nível local, nacional, regional e global. Este relatório e o site que o acompanha na internet oferecem uma riqueza de informações para contribuir para essas discussões.

Este primeiro Índice e primeiros Painéis de ODS certamente falharão pela ausência de alguns dados, por classificações equivocadas e erros e por avaliações desatualizadas, por exemplo, quando houver informações de anos passados que hoje já estão imprecisas com relação à situação atual de um país.

Como enfatizado em todo o relatório, por vezes, não foram encontrados dados disponíveis ou atualizados sobre prioridades importantes dos ODS. Preencher essas lacunas exigirá métricas aperfeiçoadas, além do aumento quantitativo e qualitativo dos dados. Uma prioridade para a implementação dos ODS deve ser, portanto, investir no fortalecimento da coleta de dados e da capacidade estatística de todos os países.

Sabemos que algumas nações podem ficar intrigadas com sua pontuação ou insatisfeitas com a posição que ocupam na classificação global. Pedimos de antemão a compreensão nesses aspectos, pois continuaremos aprimorando o Índice e os Painéis de ODS. Como o próprio relatório está disponível na internet, teremos a oportunidade de corrigir erros e atualizá-lo conforme novas informações forem surgindo. E, mais importante, o Índice e os Painéis de ODS não têm a intenção de prever algum futuro sucesso ou fracasso, mas apenas medir os pontos de partida com o máximo de precisão possível, além de facilitar o processo de aprendizagem.

A Bertelsmann Stiftung e a SDSN têm um compromisso profundo com o sucesso universal dos ODS. Como este relatório é elaborado para ajudar os países a começarem o processo de implementação desses objetivos, vamos produzi-lo em conjunto nos próximos três anos. Estamos empolgados com a oportunidade de melhorar a qualidade e a abrangência do Índice e dos Painéis de ODS ao longo do tempo. Por ser uma viagem inaugural, encorajamos e acolhemos o envio de críticas e comentários sobre a utilidade e as limitações do documento, além de conselhos sobre como ele pode se tornar mais útil e preciso nos próximos anos.



AART DE GEUS
Presidente e CEO da
Bertelsmann Stiftung



JEFFREY D. SACHS
Diretor da Rede de
Soluções para o
Desenvolvimento
Sustentável



Motivação para a produção de um Índice e Painéis não oficiais sobre os ODS

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS, Figura 1) adotados por todos os países membros das Nações Unidas em setembro de 2015 definem objetivos ambiciosos em três dimensões de desenvolvimento sustentável – desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, sustentados pela boa governança. Dados e métricas sólidas são essenciais para garantir a transformação dos ODS em ferramentas práticas de resolução de problemas ao (i) mobilizar governos, academia, sociedade civil e empresas; (ii) fornecer um boletim de acompanhamento dos avanços e garantir responsabilidade e transparência; e (iii) servir como uma ferramenta de gestão para as transformações necessárias para a efetivação dos ODS até 2030. A Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN) lançou um primeiro guia para os públicos de interesse darem início aos ODS, o Guide to Stakeholders

on Getting Started with the SDGs (SDSN 2015), que descreve em detalhes esses problemas e propõe a adoção de etapas práticas para começar o processo de implementação dos ODS.

A Comissão Estatística da ONU deu início a um processo de desenvolvimento da estrutura de indicadores globais voltado para os 17 ODS e suas 169 metas e aprovou um conjunto preliminar de 231 indicadores (ONU 2016) com base no trabalho do Grupo Interinstitucional e de Especialistas sobre os Indicadores dos ODS (IAEG-SDGs). Em seguida, o IAEG-SDGs dividiu esses indicadores em três categorias, ou “tiers” (IAEG-SDGs 2016, março 2016): O Tier I compreende 98 indicadores (40%) que possuem metodologias estatísticas definidas e dados globais produzidos regularmente; 50 indicadores (21%) estão englobados no Tier II, com metodologias estatísticas claras, mas poucos dados disponíveis; enquanto 78 indicadores (32%) correspondem ao Tier III (para os quais não há dados nem padrões ou metodologias definidas). Outros 15 indicadores ainda devem ser atribuídos a uma das três categorias.

Figura1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Nações Unidas.

Para fins de comparação, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) adotaram 60 indicadores definidos no âmbito global, embora nem mesmo esse número reduzido tenha sido completamente implementado em todos os países até 2015. Os dados sobre a maioria dos indicadores dos ODM ainda carecem de muitas informações, e alguns foram apresentados com defasagem de cinco anos ou mais (Cassidy, 2014). Assim, ainda serão necessários muitos anos para que a estrutura oficial de indicadores de ODS seja corroborada por uma abrangência suficiente de dados. Enquanto isso, é preciso adotar medidas temporárias para auxiliar os países a operacionalizarem os ODS e identificarem prioridades que exigem ação imediata.

A Bertelsmann Stiftung, com apoio da SDSN, lançou um primeiro protótipo de Índice de ODS para os países membros da OCDE como uma forma simplificada de acompanhar o cumprimento desses objetivos e determinar as prioridades dos 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Kroll 2015). Outro esforço prático foi empreendido pelo Instituto de Desenvolvimento Ultramarino, ou Overseas Development Institute (Nicolai et al., 2015), que apresentou um catálogo regional de ODS, o SDG Scorecard, com tendências em dimensões-chave para determinar as áreas em que será necessário trabalhar para a aceleração dos avanços. O catálogo mostrou que as tendências que mantêm os mesmos procedimentos de sempre não serão suficientes para atingir muitos dos ODS. O documento se apoia em cálculos regionais, portanto suas conclusões não podem ser aplicadas no nível nacional.

Este relatório oferece um primeiro exame do Índice e dos Painéis de ODS no nível dos países, compreendendo 149 dos 193 Estados membros da ONU com abrangência adequada de dados. Destacamos que o Índice e os Painéis não são ferramentas oficiais de monitoramento desses objetivos. Nosso foco, em vez disso, está em

identificar métricas “rápidas” apropriadas – sempre que possível, com base nos indicadores oficiais dos ODS – para permitir que os países examinem sua posição em 2016 em termos do cumprimento dos objetivos, além de ajudá-los a definir prioridades que exigem medidas imediatas. O Índice e os Painéis de ODS estão sujeitos a uma série de limitações e advertências importantes, resumidas ao final do relatório. Recomendamos a definição de uma estrutura oficial de monitoramento dos ODS com aumento quantitativo e qualitativo de dados sobre todos os países. Este documento ressalta que tal estrutura exigirá investimentos significativos em capacitação em estatística para que todos os países possam monitorar os 17 ODS com rigor e em tempo hábil.

Este relatório apresenta o Índice e os Painéis não oficiais de ODS e compila seus resultados preliminares. A Parte I descreve o Índice de ODS, enquanto a Parte II apresenta o Painel de cada país. A Parte III concentra algumas das limitações das duas ferramentas, assim como as implicações gerais disso. O Anexo 1 descreve a metodologia técnica e detalhadamente, enquanto o Anexo 2 oferece Perguntas Frequentes não técnicas que tratam das questões levantadas durante as consultas realizadas para a elaboração deste relatório. Ao final do documento, incluímos uma lista de referências importantes. Os metadados pormenorizados do Índice e dos Painéis de ODS e as ferramentas de visualização dessas informações estão disponíveis no site www.sdgindex.org. Os conjuntos completos de dados podem ser baixados na forma de planilhas ou em arquivos Stata para permitir a análise estatística.

Parte I. O Índice de ODS

O Índice de ODS classifica os países em termos de sua situação inicial com relação aos 17 ODS, considerando “inicial” os dados mais próximos de 2015 que estiverem disponíveis. Trata-se de um documento preliminar que utiliza apenas informações já publicadas. Isso constitui somente um subconjunto dos dados que serão futuramente adotados para acompanhar os avanços dos ODS no nível nacional dentro da estrutura oficial de monitoramento. O Índice de ODS permite que cada país avalie a situação atual de seu progresso com relação a nações congêneres (ex.: com determinado nível de renda ou em uma região geográfica específica), às metas dos ODS e aos “melhores” resultados possíveis dos diversos indicadores, como será explicado adiante.

Linhas gerais da metodologia

O Índice de ODS se baseia em um conjunto de indicadores sobre cada um dos 17 ODS, utilizando os dados mais recentes disponíveis. Incluímos indicadores que oferecem informações sobre pelo menos 80% de todos os países com população acima de um milhão de habitantes. Quando possível, o Índice adota os indicadores oficiais propostos pelo IAEG-SDGs. Em casos em que esses parâmetros não possuíam dados suficientes disponíveis ou quando ainda assim ficaram lacunas, analisamos métricas oficiais e outras publicadas por fontes respeitadas para inclusão no documento (Anexo 1). Os dados e a metodologia do Índice e dos Painéis de ODS foram submetidos a consulta pública e a equipe redatora contou com a assessoria de agências de estatísticas, organizações internacionais e comunidades técnicas para validar a abordagem e identificar formas de completar as lacunas de informações.

Neste primeiro Índice de ODS, conseguimos incluir 77 indicadores, 14 dos quais disponíveis

apenas para os países da OCDE. O Índice compreende 149 dos 193 Estados membros da ONU. Nosso plano é acrescentar mais indicadores e países nas próximas edições. Todos os dados estão disponíveis na internet para download em formatos de fácil compreensão.

Para calcular o Índice de ODS, ordenamos os dados de cada um indicador do pior para o melhor. Em alguns casos, o valor numérico mais alto corresponde ao “pior” desempenho (ex.: taxa de mortalidade infantil), enquanto em outros será o “melhor” (ex.: expectativa de vida). Para determinar o pior valor de cada um, primeiro eliminamos os piores 2,5% das observações para garantir que os resultados não seriam influenciados demais por valores atípicos. Em seguida, identificamos o próximo pior valor em cada indicador e o aplicamos aos últimos 2,5 percentis da distribuição.

Também criamos a melhor pontuação. Na maioria dos casos, o melhor resultado é a meta “perfeita” natural e tecnicamente viável alinhada ao princípio de “não deixar ninguém para trás” (ex.: erradicação da pobreza extrema, fim da desnutrição, 100% de conclusão da escolaridade obrigatória). Em alguns casos, não há uma meta “perfeita”, pois o resultado teórico perfeito pode não ser alcançável ou talvez não tenha definição exata (ex.: taxa de mortalidade infantil, densidade de médicos, mortes no trânsito, expectativa de vida, Coeficiente de Gini) (Rose, 1995). Aqui, utilizamos a média dos cinco mais bem classificados na amostra de países para esse indicador. A todos os países acima da média dos melhores valores foi atribuído o melhor valor.

Para cada país, criamos então uma pontuação ajustada de indicadores entre 0 e 100 (vide detalhes no Anexo 1), indicando a colocação do país entre o pior (0) e o melhor (100) caso. Uma nota 70, por exemplo, indica que o país já percorreu 70% do caminho entre a pior e a melhor pontuação.

Para cada um dos 17 ODS, incluímos pelo menos um indicador e, em geral, mais de um (Anexo 1). Calculando as notas de todos eles, chegamos à pontuação dos países em cada um dos 17 ODS. Nossa última etapa é, então, encontrar a média de resultados dos objetivos para chegar ao Índice de ODS geral de cada país. Existem diversas opções de cálculo de médias, incluindo uma simples média aritmética ou uma média geométrica. A primeira oferece a vantagem da simplicidade de interpretação: uma pontuação entre 0 e 100 reflete a posição inicial média do país entre os melhores e piores resultados nos 17 objetivos. Já a segunda possui a vantagem de refletir uma suposta “penalidade” de ter uma posição baixa em algum ODS específico, assinalando o fato de que ser forte em um objetivo não substitui por completo o desempenho fraco em outro, conceito conhecido na economia como “substituibilidade limitada” (OCDE 2008). A média geométrica é, portanto, recomendada em diversos contextos como este, e sua adoção foi sugerida por algumas pessoas que comentaram sobre o esboço inicial. No entanto, esse cálculo torna menos intuitiva a compreensão do sentido dos resultados e tende a reduzir de forma brusca (e, em nossa opinião, de certa forma levar a equívocos) a pontuação dos países mais pobres. Na realidade, existe pouca diferença prática nas duas abordagens, conforme mostrado no Anexo I. O coeficiente de correlação é de 0,977 e a classificação dos países fica quase idêntica. Assim, para fins de simplificação, apresentamos os resultados considerando a média aritmética dos indicadores, pela facilidade de interpretação, mas também incluímos a pontuação pela mediana no Anexo I e fornecemos todas as medições em dados disponíveis para download.

Resumo dos resultados

O Índice de ODS é apresentado na Tabela 1. Podemos entender a pontuação dos países em cada um dos 17 ODS e no Índice geral como a posição que ocupam entre o pior (0) e o melhor (100) caso. A nota geral da Suécia de 84,5, por exemplo, indica que o país já percorreu, em média, 84,5% do caminho até o melhor resultado possível nos 17 ODS.

Três países escandinavos (Suécia, Dinamarca e Noruega) encabeçam o Índice de ODS. Isso significa que hoje eles estão mais perto de atingir os pontos finais dos ODS imaginados para 2030, mas ainda assim com pontuações muito abaixo da nota máxima de 100. Mesmo esses Estados com os melhores desempenhos relativos têm desafios a enfrentar, como será mostrado mais adiante nos Painéis da OCDE (Tabela 3). Por exemplo, precisam mudar seus sistemas energéticos para reduzir a emissão de gás carbônico por suas fontes de energia primária para cumprir os ODS 7 e 13. Em geral, o Índice e os Painéis de ODS demonstram que mesmo muitos países de alta renda ainda não alcançam os ODS. Esse cenário não surpreende. O desenvolvimento sustentável inclui três pilares – desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental – com o apoio da boa governança. É possível ser rico (ter alta renda), mas com significativa desigualdade e práticas ambientalmente insustentáveis (Osberg e Sharpe, 2002). Esses resultados apenas apontam a questão de que os ODS são objetivos universais ousados aplicáveis a todos os países do mundo.

Também acontece, no entanto, que os países mais pobres do mundo tendem a ficar próximos das últimas posições. Não é surpresa, considerando-se o fato de que muitos dos ODS exigem a erradicação da pobreza extrema (ODS 1) e da fome (ODS 2), além de acesso universal a saúde (ODS 3), educação (ODS 4), água potável e saneamento (ODS 6), serviços modernos de energia (ODS 7), trabalho decente (ODS 8) e

infraestrutura sustentável (ODS 9), todos desafios importantes para muitos dos países mais pobres do mundo. Um grande compromisso global firmado durante a Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento em Adis Abeba, na Etiópia, e novamente na Agenda 2030 e no Acordo de Paris sobre o Clima, dispõe sobre os países ricos ajudarem os pobres a alcançar todos os ODS.

Tabela 1. Índice de ODS

Posição	País	Pontuação
1	Suécia	84,5
2	Dinamarca	83,9
3	Noruega	82,3
4	Finlândia	81,0
5	Suíça	80,9
6	Alemanha	80,5
7	Áustria	79,1
8	Países Baixos	78,9
9	Islândia	78,4
10	Reino Unido	78,1
11	França	77,9
12	Bélgica	77,4
13	Canadá	76,8
14	Irlanda	76,7
15	República Tcheca	76,7
16	Luxemburgo	76,7
17	Eslovênia	76,6
18	Japão	75,0
19	Singapura	74,6
20	Austrália	74,5
21	Estônia	74,5
22	Nova Zelândia	74,0
23	Belarus	73,5
24	Hungria	73,4
25	Estados Unidos	72,7
26	República Eslovaca	72,7
27	Coreia, Rep.	72,7
28	Letônia	72,5
29	Israel	72,3
30	Espanha	72,2
31	Lituânia	72,1
32	Malta	72,0
33	Bulgária	71,8
34	Portugal	71,5
35	Itália	70,9
36	Croácia	70,7
37	Grécia	69,9
38	Polônia	69,8

Posição	País	Pontuação
39	Sérvia	68,3
40	Uruguai	68,0
41	Romênia	67,5
42	Chile	67,2
43	Argentina	66,8
44	Moldávia	66,6
45	Chipre	66,5
46	Ucrânia	66,4
47	Federação Russa	66,4
48	Turquia	66,1
49	Qatar	65,8
50	Armênia	65,4
51	Tunísia	65,1
52	Brasil	64,4
53	Costa Rica	64,2
54	Cazaquistão	63,9
55	Emirados Árabes Unidos	63,6
56	México	63,4
57	Geórgia	63,3
58	Macedônia, ARIM	62,8
59	Jordânia	62,7
60	Montenegro	62,5
61	Tailândia	62,2
62	Venezuela, RB	61,8
63	Malásia	61,7
64	Marrocos	61,6
65	Azerbaijão	61,3
66	Egito, Rep. Árabe	60,9
67	República Quirguiz	60,9
68	Albânia	60,8
69	Maurícia	60,7
70	Panamá	60,7
71	Equador	60,7
72	Tajiquistão	60,2
73	Bósnia e Herzegovina	59,9
74	Omã	59,9
75	Paraguai	59,3
76	China	59,1

Posição	País	Pontuação
77	Jamaica	59,1
78	Trinidad e Tobago	59,1
79	Irã, Rep. Islâmica	58,5
80	Botsuana	58,4
81	Peru	58,4
82	Butão	58,2
83	Argélia	58,1
84	Mongólia	58,1
85	Arábia Saudita	58,0
86	Líbano	58,0
87	Suriname	58,0
88	Vietnã	57,6
89	Bolívia	57,5
90	Nicarágua	57,4
91	Colômbia	57,2
92	República Dominicana	57,1
93	Gabão	56,2
94	El Salvador	55,6
95	Filipinas	55,5
96	Cabo Verde	55,5
97	Sri Lanka	54,8
98	Indonésia	54,4
99	África do Sul	53,8
100	Kuwait	52,5
101	Guiana	52,4
102	Honduras	51,8
103	Nepal	51,5
104	Gana	51,4
105	Iraque	50,9
106	Guatemala	50,0
107	Lau, RDP	49,9
108	Namíbia	49,9
109	Zimbábue	48,6
110	Índia	48,4
111	Congo, Rep.	47,2
112	Camarões	46,3
113	Lesoto	45,9
114	Senegal	45,8
115	Paquistão	45,7
116	Suazilândia	45,1

Posição	País	Pontuação
117	Mianmar	44,5
118	Bangladesh	44,4
119	Camboja	44,4
120	Quênia	44,0
121	Angola	44,0
122	Ruanda	44,0
123	Uganda	43,6
124	Costa do Marfim	43,5
125	Etiópia	43,1
126	Tanzânia	43,0
127	Sudão	42,2
128	Burundi	42,0
129	Togo	40,9
130	Benin	40,0
131	Malawi	39,8
132	Mauritânia	39,6
133	Moçambique	39,5
134	Zâmbia	38,4
135	Mali	38,2
136	Gâmbia	37,8
137	Iêmen	37,3
138	Serra Leoa	36,9
139	Afeganistão	36,5
140	Madagascar	36,2
141	Nigéria	36,1
142	Guiné	35,9
143	Burkina Faso	35,6
144	Haiti	34,4
145	Chade	31,8
146	Níger	31,4
147	Congo, Rep. Dem.	31,3
148	Libéria	30,5
149	República Centro-Africana	26,1

Fonte: Cálculo dos autores

No Anexo I, comparamos o Índice de ODS com as posições dos países na reclassificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD (2015) relativo aos 149 países incluídos neste documento. Encontramos uma forte correlação entre os dois, mas com algumas diferenças significativas referentes a alguns países, especialmente na região do Oriente Médio e Norte da África. Alguns Estados dessa região estão cerca de 30 a 40 posições abaixo no Índice de ODS em comparação ao IDH, o que sugere que eles têm bom desempenho no atendimento de necessidades básicas de desenvolvimento humano, mas apresentam resultados piores em outras dimensões dos ODS, como por exemplo na sustentabilidade ambiental (Anand e Sen, 2000). Na versão online dos perfis dos países, comparamos a classificação do Índice de ODS de

cada um com o IDH e outras medições amplas de desenvolvimento.

Considerando a maior disponibilidade de dados sobre os países membros da OCDE, complementamos o Índice de ODS global com outras 14 variáveis para essas nações e criamos o Índice Ampliado de ODS dos países membros da OCDE. Os indicadores complementares desse índice expandido foram, em grande parte, coletados junto a estatísticas da própria organização (OECD 2016). As pontuações ampliadas são apresentadas na Tabela 2. Não há muitas mudanças na classificação com o acréscimo das variáveis, mas acreditamos que essas informações adicionais contribuem com maior nível de detalhes e precisão para a análise desses Estados (Anexo 1).

Tabela 2. Classificação pelo Índice Ampliado de ODS dos países membros da OCDE

Classificação	País	Pontuação	Classificação	País	Pontuação
1	Suécia	80,0	18	Irlanda	69,5
2	Dinamarca	78,8	19	República Tcheca	69,3
3	Noruega	78,5	20	Austrália	69,0
4	Suíça	76,5	21	Estônia	68,5
5	Finlândia	76,4	22	Estados Unidos	66,7
6	Islândia	74,7	23	Israel	66,4
7	Alemanha	74,7	24	Coreia, Rep.	66,3
8	Países Baixos	73,7	25	Hungria	65,2
9	Bélgica	72,4	26	Espanha	64,3
10	Áustria	72,1	27	Portugal	64,2
11	Canadá	71,8	28	República Eslovaca	63,8
12	Luxemburgo	71,6	29	Polônia	62,9
13	Reino Unido	71,3	30	Itália	62,5
14	Eslovênia	71,2	31	Grécia	60,4
15	França	71,1	32	Chile	58,9
16	Nova Zelândia	70,6	33	Turquia	56,6
17	Japão	69,7	34	México	54,8

Fonte: Cálculo dos autores

Parte II. Os Painéis de ODS

Os Painéis de ODS são apresentados nas páginas específicas de cada país e representam os dados disponíveis sobre as conquistas registradas nos 17 ODS a partir de um esquema de cores. Os Objetivos estão destacados em verde, amarelo ou vermelho, sendo este último para enfatizar os desafios mais críticos de cada um. Verde significa que, em determinado indicador, o país está percorrendo um bom caminho no sentido de alcançar os ODS e suas metas ou (em alguns casos) já alcançou o limiar consistente com o avanço de um objetivo.

Linhas gerais da metodologia

Para desenvolver os Painéis de ODS e atribuir classificações de cores para cada indicador subjacente, determinamos quatro limiares quantitativos: melhor e pior pontuação (descritas acima na metodologia do Índice de ODS), limiar de conquista do ODS e limiar entre a classificação vermelha e amarela. Os limiares quantitativos adotados para cada indicador estão descritos no Anexo 1 e nos metadados disponíveis na internet.

Em seguida, criamos uma classificação geral de cores para cada um dos 17 ODS equivalente à pontuação mínima de cor dos indicadores de determinado objetivo. Por exemplo, se um país recebe uma classificação vermelha em um dos indicadores e uma amarela em todos os outros do ODS 3, a classificação geral de cor desse país nesse objetivo será vermelha. Escolhemos o resultado mínimo para chamar atenção aos desafios mais urgentes enfrentados por cada país com relação a cada ODS. Essa abordagem produz “avaliações rígidas”, pois nosso intuito é ressaltar as lacunas nos avanços dos ODS em vez de seus aspectos mais positivos. Assim, quando um país possui uma classificação vermelha, não quer dizer que ele registra pontuação baixa em

todos os aspectos ou indicadores daquele objetivo específico, mas apenas que tem um desempenho baixo em pelo menos um dos indicadores.

Como as nações membros da OCDE possuem acesso a mais dados passíveis de comparação internacional – principalmente em desafios ambientais e sociais fundamentais –, ampliamos os Painéis de ODS desses Estados com as mesmas variáveis complementares adotadas no Índice Ampliado de ODS dos países membros da OCDE, de modo a preencher algumas lacunas de dados que limitam os Painéis geral. Quando possível, incluímos os indicadores propostos para os ODS com disponibilidade de dados sobre pelo menos 80% dos países da organização. Dessa forma, os Painéis de ODS submetem essas nações a padrões mais rígidos, pois o grande número de variáveis em cada objetivo aumenta a possibilidade de se obter uma classificação menor com a utilização do princípio do desempenho mínimo. Essa abordagem é justificada porque os países da OCDE têm acesso a muito mais recursos para atender aos ODS.

Resumo dos resultados

Os resultados dos painéis dos **países membros da OCDE** mostram que os ODS são uma agenda de ações tanto para países ricos quanto para aqueles em desenvolvimento. Todos os membros da OCDE enfrentam grandes desafios – indicados pela classificação em vermelho – para alcançar vários ODS. Em média, essas nações estão “vermelhas” em mais de um terço dos objetivos, o que significa que tiveram avaliação vermelha em pelo menos um dos indicadores fundamentais deles. Os maiores desafios estão ligados a mudanças climáticas (ODS 13), conservação do ecossistema (ODS 14 e 15) e consumo e produção sustentáveis (ODS 12). Vários desses países recebem classificação

“vermelha” no ODS 2 porque possuem sistemas agrícolas insustentáveis, enquanto outros têm avaliação baixa pelos altos níveis de obesidade, o que nós interpretamos como uma medida de má nutrição. Um grande número de países da OCDE enfrenta grandes desafios para o avanço do ODS 17 – principalmente pela insuficiência de suas contribuições financeiras para a cooperação pelo desenvolvimento internacional – e alguns registram baixo crescimento e alto índice de desemprego (ODS 8), assim como grandes deficiências no âmbito da igualdade de gêneros (ODS 5). Recomendamos que os países membros da OCDE estudem com atenção seu desempenho em cada indicador na Parte III para identificar as áreas que exigem maiores avanços.

Os painéis do **Leste e Sul da Ásia** (consulte as páginas dos países) apresentam um desempenho melhor que muitas outras regiões em desenvolvimento em termos de ODS, mas ainda há uma série de desafios. Enquanto houve um avanço formidável na redução da pobreza extrema (ODS 1), os painéis mostram que a região enfrenta grandes desafios no campo da saúde (ODS 3, principalmente com relação a sistemas de saúde e algumas doenças infecciosas) e educação (ODS 4). O ODS 2 (melhoria na nutrição e na agricultura sustentável) aparece em vermelho em toda a região, pois esses países enfrentam ou altos níveis de má nutrição e desnutrição crônica ou práticas agrícolas insustentáveis. Ainda há deficiências importantes na garantia do acesso a serviços básicos de infraestrutura (ODS 6, 7, 9) em toda a região. Muitos Estados enfrentam grandes desafios em termos de garantir a igualdade de gênero (ODS 5) e promover a sustentabilidade ambiental (ODS 11, 12, 13, 14, 15, assim como ODS 2 sobre agricultura sustentável). No geral, os painéis mostram que a região precisa melhorar o equilíbrio entre desempenho econômico e sustentabilidade ambiental.

Os países do **Leste Europeu e Ásia Central** atenderam alguns dos desafios mais urgentes na promoção de serviços sociais e acesso a infraestrutura básica, embora seja necessário garantir mais avanços nesses ODS. A região conseguiu em grande parte erradicar a pobreza extrema (ODS 1). Os maiores desafios continuam sendo conquistar a igualdade de gênero (ODS 5) e tratar de energias renováveis e mudanças climáticas (ODS 7, 13), consumo e produção sustentáveis (ODS 12) e proteção de ecossistemas (ODS 14, 15). O ODS 2 mostra que muitos países também precisam de uma guinada rumo a práticas agrícolas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental. Nos termos do ODS 9 (infraestrutura), essas nações precisarão priorizar o maior acesso a tecnologias da informação e comunicação. Alguns países da região registram altos índices de desigualdade de renda (ODS 10).

Os altíssimos níveis de desigualdade (ODS 10) são um desafio central em todos os países da **América Latina e Caribe**. O mesmo se aplica a igualdade de gênero em muitos países, e a região ainda não consegue oferecer o acesso adequado a infraestrutura, principalmente em termos de tecnologias da informação e comunicação (ODS 9). Considerando os níveis relativamente mais altos de renda per capita na região, é digno de nota que alguns Estados continuam a enfrentar grandes desafios na área da saúde (ODS 3) e educação (ODS 4). O foco mais forte dos ODS na sustentabilidade ambiental oferece desafios importantes em toda a região para o cumprimento dos ODS 12 (consumo e produção sustentáveis), 13 (mudanças climáticas), 14 (mares e oceanos) e 15 (ecossistemas terrestres). Os altos índices de violência aparecem nas classificações baixas referentes ao ODS 16 em uma série de países. Sendo a nação mais pobre da região, o Haiti enfrenta desafios específicos em toda a extensão dos ODS.

Na maioria dos países do árido e semiárido do **Oriente Médio e Norte da África**, segurança alimentar e agricultura sustentável (ODS 2) e gestão sustentável da água (ODS 6) são desafios prioritários. Os dados sobre o ODS 8 mostram que muitos deles não estão crescendo no ritmo necessário e registram altos índices de desemprego. Vários desses Estados enfrentam grandes desafios para a conquista da igualdade de gênero (ODS 5) e também desafios essenciais na descarbonização dos sistemas energéticos para o combate às mudanças climáticas (ODS 13), além da conservação dos ecossistemas marinho (ODS 14) e terrestre (ODS 15). Vários países também precisam priorizar a apreensão de novas tecnologias (ODS 9) e muitos registram desempenho baixo em todos os ODS em função de instabilidades e conflitos, o que também aparece no ODS 16.

Sendo a região mais pobre do mundo, embora apresente avanços importantes, a **África Subsaariana** enfrenta desafios em quase todos os ODS. Há muitos desafios ainda a superar

particularmente para a erradicação da pobreza extrema (ODS 1) e a fome (ODS 2), na saúde (ODS 3), na educação (ODS 4) e no acesso a infraestrutura básica (ODS 9), enquanto observa-se um progresso magnífico conquistado em muitas dessas áreas nos termos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os ODS mais amplos revelam outros desafios que exigem a adoção de ações urgentes na África Subsaariana. Isso inclui o desenvolvimento urbano sustentável (ODS 11) e a redução das desigualdades (ODS 10). De forma semelhante, ainda existem desafios significativos no âmbito dos ODS 16, incluindo paz, segurança e instituições. As notas vermelhas no Objetivo 17 destacam que a África Subsaariana possui grande potencial de mobilização de recursos internos e de implementação de tecnologias da informação e comunicação.

Parte III. Limitações e conclusões sobre esta análise

Conforme apontado em todo o relatório, esta análise é ainda incipiente e não pode nem deve substituir os esforços globais e nacionais de compilação de indicadores mais abrangentes e detalhados sobre os ODS, e também de coleta dessas variáveis ao longo do tempo para que se observe o ritmo das transformações. Aqui, destacamos quatro limitações deste primeiro esforço global de medição da situação dos países com relação aos ODS. Consulte discussões mais detalhadas no Anexo I.

1. Impossibilidade de acompanhar

alguns ODS entre países: Alguns ODS e suas metas se concentram em efeitos transnacionais ou bens públicos globais. Por exemplo, o ODS 10 exige a redução da desigualdade internamente e entre países. O Índice e os Painéis de ODS consideram cada nação separadamente e, portanto, não monitoram os avanços no sentido da redução da desigualdade entre países ou da promoção de bens públicos globais. Essas prioridades necessitam de outras ferramentas analíticas não contempladas neste relatório preliminar.

2. Consideração limitada de efeitos

internacionais de transbordamento: Um aspecto intimamente ligado é que a ação dentro de alguns países pode ter impacto significativo na capacidade de outros de alcançar os ODS. Alguns desses efeitos foram capturados no Índice e nos Painéis de ODS preliminares (ex.: financiamento do desenvolvimento internacional ou emissões de gases do efeito estufa per capita), mas muitos não. Esses efeitos transfronteiriços podem incluir demandas por recursos ambientais em

países ricos, que aceleram a degradação ambiental em países em desenvolvimento, ou o efeito de normas e padrões do comércio internacional. As próximas versões do Índice e dos Painéis de ODS deverão tratar em detalhes dessas questões importantes através de análises regionais.

3. Inclusão de indicadores não oficiais:

Muitos indicadores oficiais propostos para os ODS não possuem dados sobre a maioria dos países e podem, portanto, não ser incluídos nesta versão preliminar do Índice e dos Painéis de ODS. Assim, consultamos comunidades de especialistas técnicos para acrescentar métricas complementares publicadas por órgãos oficiais ou fontes respeitadas, pois nosso objetivo é fornecer um panorama da posição de cada país no contexto da implementação dos ODS que seja o mais abrangente e equilibrado possível considerando-se os dados atualmente disponíveis.

4. Não consideração de dados de séries

temporais: Nossa análise utiliza as informações mais recentes disponíveis sobre cada indicador e não considerou, neste momento, dados históricos, em função da disponibilidade limitada desses registros sobre algumas variáveis. Como resultado, o Índice e os Painéis de ODS nos mostram a posição atual dos países com relação a cada um dos indicadores considerados, mas não podem ser utilizados para inferir a velocidade dos avanços no sentido de atingir os ODS.

Apesar dessas lacunas e limitações, o Índice e os Painéis de ODS podem ser bastante úteis para os países avaliarem seus pontos de partida em cada ODS. Percebemos **quatro conclusões primordiais** neste primeiro relatório:

1. Todos os países enfrentam grandes desafios para alcançar os ODS: Os Painéis de ODS destacam alguns itens prioritários em “vermelho” em cada país. Naturalmente, “amarelo” também significa que há espaço importante para melhorias e objetivos marcados com esta cor devem ser interpretados como um grande desafio, em especial nos países mais ricos. As nações pobres enfrentam desafios significativos na erradicação da pobreza extrema em todas as suas formas, na inclusão digital, no acesso a infraestrutura básica e muitas formas de degradação ambiental. Os Estados mais ricos se defrontam com desafios mais específicos, não obstante bastante sérios, em áreas como mitigação das mudanças climáticas, desigualdade, sustentação da parceria global, além de desafios direcionados em áreas como nutrição, igualdade de gêneros e educação. O Índice e os Painéis de ODS fornecem uma ferramenta simples para apresentar os desafios que os países enfrentam para o sucesso dos ODS e comparar os avanços com outras nações congêneres, com aplicação possível nos níveis regional, nacional e subnacional. Eles podem ajudar os países a operacionalizarem os ODS e identificarem prioridades que demandam ações imediatas, conforme descrito no *Guide to Stakeholders on Getting Started with the SDGs* (SDSN, 2015).

2. Os países pobres precisam de ajuda para atingir os ODS. Sem dúvida, a agenda dos ODS é audaciosa. Fica claro, com esta análise, que os países mais pobres enfrentarão grandes desafios para alcançar os objetivos e necessitarão de assistência global considerável para complementar as lideranças nacionais. Esse auxílio deve acontecer de muitas formas: com investimentos estrangeiros diretos, uma reforma tributária global que permita que o combate à evasão fiscal de investidores internacionais, o compartilhamento de tecnologias, o desenvolvimento de capacidades e, é claro, uma maior Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

3. Os países devem promover uma comparação proveitosa com outras nações congêneres e também com limiares de metas: O Índice e os Painéis de ODS destacam variações substanciais entre países de uma mesma região ou grupo de renda. Em combinação, os dois relatórios podem ajudar as nações a compararem seus avanços com os de Estados semelhantes e os de melhor desempenho para entender os Motivação que levam a resultados diferentes, além de planejar as melhores estratégias para alcançar os ODS até 2030.

4. Os países e agências internacionais precisam promover investimentos substanciais em capacidade estatística para acompanhar os ODS: Apesar de nossos esforços para incluir o máximo possível de indicadores, ainda assim ficaram lacunas em uma série de dados importantes. Tratar dessas falhas exigirá maiores investimentos em capacidade estatística e outras formas de coleta de dados, principalmente em países de baixa renda em desenvolvimento, mas não apenas neles. A necessidade de medições

mais amplas é particularmente urgente para as prioridades relativas aos ODS abaixo:

- Agricultura sustentável (ODS 2)
- Cobertura universal de serviços de saúde (ODS 3)
- Qualidade da educação (ODS 4)
- Empoderamento feminino (ODS 5)
- Gestão integrada de recursos hídricos (ODS 6)
- Trabalho decente (ODS 8)
- Cidades inclusivas e sustentáveis (ODS 11)
- Produção e consumo sustentáveis (ODS 12)
- Resiliência e impactos das mudanças climáticas (ODS 13)
- Serviços ambientais (ODS 14 e 15)
- Meios de implementação (ODS 17 e outros).

Além disso, os Painéis de ODS ainda não apreendem desafios regionais importantes que são menos relevantes no nível global, como doenças tropicais negligenciadas, malária e desigualdade educacional. Da mesma forma, a maioria dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID) carece de dados adequados para a inclusão no Índice e nos Painéis de ODS globais, então seria interessante desenvolver ferramentas mais pertinentes a suas necessidades específicas.

Para a Bertelsmann Stiftung e a SDSN será um prazer trabalhar com os países para melhorar seus Índices e Painéis de ODS, para que eles se tornem mais úteis a seus públicos de interesse. Trabalharemos principalmente no aprimoramento da abrangência dos dados e na inclusão de novas variáveis conforme a disponibilização de dados melhores. Agradecemos e pedimos para que os comentários sobre este relatório sejam enviados para info@sdgindex.org.

Anexo 1: Metodologia do Índice e dos Painéis de ODS

Este anexo técnico descreve a metodologia adotada na elaboração do Índice e dos Painéis de ODS. Tomou-se por base principalmente o manual metodológico para a elaboração de indicadores compostos desenvolvido pela OCDE (2008) e foram delineados seus pressupostos críticos. Também apresentamos análises de sensibilidade sobre os resultados e traçamos os caminhos para futuras melhorias para a metodologia e os procedimentos utilizados no processo de cálculo.

1. Seleção de indicadores e fontes de dados

Para determinar a inclusão de métricas adequadas no Índice e nos Painéis de ODS, identificamos indicadores quantitativos de consistência técnica para cada objetivo, observando cinco critérios de qualidade na seleção de dados:

- 1. Relevância global e possibilidade de aplicação em uma grande variedade de cenários nacionais:** Os indicadores são relevantes para o monitoramento dos ODS e aplicáveis a todos ou quase todos os países. Devem ser passíveis de comparação internacional e permitir o cotejo direto dos desempenhos de diferentes os países.

1. Países pequenos, como os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, enfrentam uma série de desafios específicos para o seu desenvolvimento. Entre essas questões estão os altos custos fixos per capita relativos à coleta de dados, o que em geral acarreta menor disponibilidade de informações. Além disso, o número reduzido de habitantes em algumas nações dificulta a definição das amostras representativas necessárias para a condução de levantamentos por amostra de domicílios e outros. O resultado disso é

- 2. Adequação estatística:** Os dados são coletados e processados de forma estatisticamente confiável sem passar por revisões muito substanciais ou frequentes.
- 3. Tempestividade:** As séries de dados devem ser publicadas de acordo com um cronograma oportuno razoável e disponibilizar informações sobre os últimos anos.
- 4. Qualidade dos dados:** As séries de dados devem representar as melhores medições disponíveis sobre determinada questão e provir de fontes oficiais nacionais ou internacionais (ex.: agências estatísticas internas ou organizações das Nações Unidas) ou outras fontes internacionais respeitadas.
- 5. Cobertura:** Deve haver dados disponíveis sobre pelo menos 80% dos 149 países membros da ONU com população interna superior a 1 milhão de habitantes,¹ grupo de países que inclui mais de 99% da população mundial.²

Durante o desenvolvimento do Índice e dos Painéis de ODS, consideramos todos os indicadores propostos pelo IAEG-SDGs de acordo com os padrões identificados acima, além de sugestões recebidas de uma grande variedade de especialistas e organizações, que contribuiram com a consulta pública em uma versão inicial deste documento. Ademais, a Bertelsmann Stiftung e a SDSN realizaram amplas consultas com

que ainda não há métricas importantes de ODM e ODS disponíveis sobre muitos países pouco populosos. Há uma necessidade premente de fechar essa lacuna com o apoio da comunidade internacional.

2. Considera-se uma exceção no caso de indicadores oceanográficos, em que excluímos países sem saída para o mar da amostra mínima, resultando em 116 países com costa marítima e população acima de 1 milhão de habitantes.

organizações estatísticas, membros do Conselho de Liderança da SDSN, na literatura submetida a revisão por pares e em bancos de dados internacionais, incluindo o de Indicadores sobre o Desenvolvimento Mundial (Banco Mundial 2016), o Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD 2015) e as Estatísticas da OCDE (OCDE 2016). Também consideramos indicadores propostos pela SDSN (2015), que por sua vez se baseiam em contribuições feitas durante duas consultas públicas, e em Kroll (2015). A descrição de todos os indicadores está disponível nos metadados disponíveis na internet.

Incluímos dados disponíveis sobre os anos mais recentes. Quando necessário, interpolamos variáveis indisponíveis com dados de anos anteriores, conforme descrito nos metadados disponíveis na internet. Como o foco dos Painéis de ODS é orientar o debate dos países sobre suas atuais prioridades no âmbito dos ODS, em geral optamos pela não imputação e não modelagem quando não houver dados. Abrimos exceções em quatro variáveis que de outra forma não teriam sido incluídas sem os dados indisponíveis:

- Incidência da pobreza com base em US\$ 1,90 por dia (2011 PPC) (% da população): O Banco Mundial (Ferreira et al. 2015) pressupõe ausência de pobreza extrema nos países de renda alta na elaboração da estimativa global sobre o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90 ao dia. Portanto, consideramos o valor 0% nesses Estados quando não havia disponibilidade de informações a esse respeito.
- Prevalência de desnutrição (% da população): A FAO et al. 2015 registra 14,7 milhões de pessoas que sofrem com desnutrição em regiões em desenvolvimento, o que corresponde a uma prevalência média de 1,2% nas regiões desenvolvidas. Assim, consideramos uma prevalência de 1,2% nesses países quando não havia dados disponíveis nesse sentido.

- Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB): Inferimos gasto zero com P&D em países de renda baixa que não publicam dados sobre esta variável.
- Porcentagem de crianças entre 5 e 14 submetidas a trabalho infantil: Os países de renda média alta com melhor desempenho segundo dados publicados pela Unicef (2015) registram índice de trabalho infantil de 1%. Consideramos 0% nos países desenvolvidos onde não havia dados disponíveis.

Em cada caso, os valores indisponíveis foram inferidos a partir de padrões nos dados conhecidos disponíveis (Foa e Tanner, s.d.). Testes de robustez conduzidos sobre o tratamento acima dado a valores indisponíveis revelam que as classificações no Índice de ODS e o código de cores dos Painéis de ODS não sofrem impactos significativos com as imputações feitas.

A Tabela 3 traz uma relação dos indicadores incluídos no Índice e nos Painéis de ODS, totalizando 63. Outras 14 variáveis foram inseridas nos relatórios sobre os países membros da OCDE. Além disso, mais 2 valores do Índice e dos Painéis de ODS globais foram substituídos por variáveis aperfeiçoadas no Índice e nos Painéis Ampliados de países membros da OCDE, que, portanto, compreende 77 indicadores. Consulte mais detalhes nos metadados disponíveis na internet.

Tabela 3. Indicadores incluídos no Índice e nos Painéis de ODS

ODS	Indicador	OBS	IAEG-SDGs**	Ano(s)*	Fonte
1	Incidência da pobreza com base em US\$ 1,90 por dia (2011 PPC) (% da população)		-	2009-2013	Banco Mundial (2016)
	Incidência da pobreza após impostos e transferências, linha da pobreza 50% (% da população)	(a)	-	2011-2014	OCDE (2016a)
2	Prevalência de desnutrição (% da população)		●	2013	FAO (2015)
	Rendimento da produção de cereais (t/ha)		-	2013	FAO (2015)
	Prevalência de desnutrição crônica (déficit de altura/idade) em crianças com menos de 5 anos de idade (%)		●	2000-2015	UNICEF, OMS e BM (2015)
	Prevalência de desnutrição aguda (déficit de peso/altura) em crianças com menos de 5 anos de idade (%)		●	2000-2015	UNICEF, OMS e BM (2015)
	Índice de Gestão Sustentável do Nitrogênio (0-1)		-	2006/2011	Zhang e Davidson (2016); Zhang et al. (2015)
	Prevalência de obesidade, IMC \geq 30 (% da população adulta)	(a)	-	2014	OMS (2016b)
3	Taxa de mortalidade, até 5 anos (por mil nascidos vivos)		●	2013	Banco Mundial (2016)
	Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)		●	2015	OMS et al (2015)
	Taxa de mortalidade neonatal (por mil nascidos vivos)		●	2015	OMS et al (2015)
	Densidade de médicos (por mil habitantes)		●	2004-2013	OMS (2016a)
	Incidência de tuberculose (por 100 mil habitantes)		●	2014	OMS (2016a)
	Taxa de mortes no trânsito (por 100 mil habitantes)		●	2013	OMS (2016a)
	Taxa de fertilidade na adolescência (nascimentos por mil mulheres entre 15 e 19 anos)		-	2005-2015	OMS (2016a)
	Bem-estar subjetivo (pontuação média, 0-10)		-	2014	Helliwel et al. (2015)
	Expectativa de vida saudável ao nascer (anos)		-	2015	OMS (2016a)
	Porcentagem de crianças sobreviventes que receberam 2 vacinas recomendadas pela OMS (%)		-	2014	OMS e UNICEF (2016)
	Fumantes diários (% da população acima de 15 anos)	(a)	●	2006-2013	OMS (2016a)
4	Expectativa de escolaridade (anos)		-	2013	UNESCO (2016)
	Índice de alfabetização entre 15-24 anos, ambos os sexos (%)		○	2001-2013	UNESCO (2015f)
	Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental (%)		○	1997-2014	UNESCO (2016)
	População entre 25 e 64 anos com educação terciária (%)	(a)	-	2011	OCDE (2016a)
	Nota no Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (0 -600)	(a)	-	2012	OCDE (2016a)
	População entre 25 e 64 anos com formação secundária ou pós-secundária não terciária (%)	(a)	-	2011-2013	OCDE (2016a)
5	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais (%)		●	2012-2014	UIP (2015)
	Escolaridade média feminina na população acima de 25 anos (% dos homens)		-	2014	PNUD (2015)
	Taxa de participação feminina na força de trabalho (% dos homens)		-	2010-2014	OIT (2016)
	Estimativa de demanda por contracepção não satisfeita (% de mulheres casadas ou em união, 15-49 anos)		●	2015	OMS (2016c)
	Desigualdade salarial entre gêneros (% do salário médio de homens)	(a)	-	2012	OCDE (2016a)
6	Acesso a fontes melhoradas de água (% da população)		-	2011-2015	OMS e UNICEF (2016)
	Acesso a instalações sanitárias melhoradas (% da população)		-	2011-2015	OMS e UNICEF (2016)
	Captação de água doce (% do total de recursos hídricos renováveis)		●	1999-2012	FAO (2016)
7	Acesso a energia elétrica (% da população)		●	2012	Banco Mundial (2016)
	Acesso a combustíveis não sólidos (% da população)		○	2010	Energia Sustentável para Todos (SE4All) (2016)
	Emissões de CO ₂ pela combustão de combustíveis e geração de eletricidade (MtCO ₂ /TWh)		-	2013	AIE (2015)
	Participação de fontes de energia renovável no consumo energético total (%)	(a)	●	2010	Energia Sustentável para Todos (SE4All) (2016)

ODS	Indicador	OBS	IAEG-SDGs**	Ano(s)*	Fonte
8	Taxa de desemprego (% total da força de trabalho)	(b)	●	2015	OIT (2016)
	Caixas eletrônicas (por 100 mil adultos)		●	2009-2014	Pesquisa de Acesso Financeiro FMI (2015)
	Taxa de crescimento ajustado (%)		○	2012	OCDE (2016)
	Jovens que não estão trabalhando, estudando nem recebendo formação (NEET) (%)	(a)	●	2013-2014	OCDE (2016a)
	Porcentagem de crianças entre 5 e 14 anos submetidas a trabalho infantil (%)		●	2000-2014	UNICEF (2015)
	Taxa de Emprego sobre o total da População (%)	(a)	●	2014	OCDE (2016a)
9	Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB)		●	2005-2012	UNESCO (2016)
	Indivíduos envolvidos com pesquisa e desenvolvimento (por mil empregados)	(a)	○	2010-2014	OCDE (2016a)
	Índice de Desempenho Logístico: Qualidade da infraestrutura de comércio e transporte (1-5)		-	2014	Banco Mundial (2016)
	Qualidade da infraestrutura geral (1-7)		-	2014/2015	RGC FEM 2015-2016
	Assinaturas de planos de banda larga móvel (por 100 habitantes)		○	2012-2015	UIT (2015)
	Proporção da população que utiliza a internet (%)		●	2014	UIT (2015)
	Registros de patentes solicitadas de acordo com o PCT no país de residência do(a) inventor(a) (por milhão de habitantes)	(a)	-	2012	OCDE (2016a)
10	Coefficiente de Gini (0-100)		-	2003-2012	Banco Mundial (2016); OCDE (2016a)
	Índice de Palma	(a)	-	2009-2012	OCDE (2016a)
	Índice de Justiça Social do Pisa (0-10)	(a)	-	2012	PISA OCDE (2012)
11	Concentração média anual de material particulado menor que 2,5 microns de diâmetro (PM _{2,5}) (µg/m ³) em áreas urbanas		●	2013	Brauer et al. (2015)
	Cômodos por pessoa	(a)	-	2001-2013	OCDE (2016a)
	Fontes melhoradas de água, encanada (% da população urbana com acesso)		-	2015	OMS e UNICEF (2016)
12	Porcentagem de água residual antropogênica que recebe tratamento (%)		●	2012	OCDE (2016a)
	Resíduos sólidos municipais (kg/ano/capita)	(b)	-	2012	Banco Mundial (2016)
	Resíduos sólidos municipais não reciclados (kg/pessoa/ano)	(a)	○	2009-2013	OCDE (2016a)
13	Emissões de CO ₂ per capita relativas a eletricidade (tCO ₂ /capita)		-	2011	Banco Mundial (2016)
	Monitor de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas (0-1)		-	2014	Centro de Estudos Estratégicos de Haia (HCSS) (2014)
14	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Água Limpa (0-100)		○	2015	Índice de Saúde dos Oceanos (2015)
	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Biodiversidade (0-100)		○	2015	Índice de Saúde dos Oceanos (2015)
	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Pesca (0-100)		○	2015	Índice de Saúde dos Oceanos (2015)
	Ambientes marinhos de importância para a biodiversidade com proteção total (%)		●	2013	BirdLife International, UICN e UNEP-WCMC (2016)
	Porcentagem de sobrepesca ou colapso de Recursos Pesqueiros por ZEE (%)		●	2010	Hsu et al. (2016) / Sea Around Us (2016)
15	Classificação na Lista Vermelha de espécies ameaçadas (0-1)		○	2016	UICN e BirdLife International (2016)
	Alteração anual da área de florestas (%)		○	2012	YCELP e CIESIN (2014)
	Ambientes terrestres de importância para a biodiversidade com proteção total (%)		●	2013	BirdLife International, UICN e UNEP-WCMC (2016)

ODS	Indicador	OBS	IAEG-SDGs**	Ano(s)*	Fonte
16	Homicídios (por 100 mil habitantes)		●	2008-2012	UNODC (2016)
	População carcerária (por 100 mil habitantes)		-	2002-2013	ICPS (2014)
	Proporção da população que se sente segura ao andar à noite sozinha na cidade ou região onde mora. (%)		●	2006-2015	Gallup (2015)
	Índice de Percepção de Corrupção (0-100)		-	2014	Transparência Internacional (2015)
	Proporção de crianças com menos de 5 anos que tiveram o nascimento registrado junto a autoridades civis, por idade (%)		●	2014	UNICEF (2013)
	Eficiência governamental (1-7)		-	2015/2016	FEM (2015)
	Direito de propriedade (1-7)		-	2014/2015	FEM (2015)
17	Para países de renda alta e todos os membros do CAD da OCDE: Financiamento público internacional concessional, incluindo assistência oficial ao desenvolvimento (% da RNB)		●	2013	OCDE (2016a)
	Para todos os outros países: Carga tributária (% do PIB)		●	2013	Banco Mundial (2016)
	Gastos com saúde, educação e P&D (% do PIB)		-	2005-2014	PNUD (2015)

Fonte: Análise dos autores

* Os indicadores marcados com (a) consideram somente países membros da OCDE no Índice e nos Painéis Ampliados de ODS. Os indicadores marcados com (b) não foram incluídos no Índice e nos Painéis Ampliados de ODS dos os países da OCDE, pois foram substituídos por indicadores correspondentes (desemprego dá lugar a taxa de emprego, enquanto resíduos sólidos municipais é substituído por resíduos sólidos municipais reciclados)

** ● variáveis incluídas nos indicadores provisórios do Tier 1 do IAEG-SDGs; ovariáveis semelhantes aos indicadores provisórios do Tier 1do IAEG-SDGs (IAEG-SDGs 2016)

*** Consideram-se dados do último ano disponível, isto é, referentes ao ano mais recente disponível durante o período especificado.

2. Metodologia de elaboração do Índice de ODS

O procedimento adotado para o cálculo do Índice de ODS considera quatro etapas: (i) condução de testes estatísticos de normalidade e eliminação dos valores extremos da distribuição; (ii) ajuste de escala dos dados para garantir a possibilidade

de comparação; (iii) agregação de indicadores dos ODS e de todos os objetivos; e (iv) condução de teste de sensibilidade e outros. Uma breve descrição dessas etapas será realizada nesta seção. A Tabela 4 descreve o resumo estatístico relativo às variáveis incluídas no Índice e nos Painéis de ODS.

Tabela 4. Resumo Estatístico dos Indicadores incluídos no Índice de ODS

ODS	Descrição/Rótulo	N ^{1/}	Média ^{2/}	DP ^{3/}	Mín ^{4/}	Max ^{4/}
1	Incidência da pobreza com base em US\$ 1,90 por dia (2011 PPC) (% da população)	166	14,62	21,97	0	81,76
	Incidência da pobreza após impostos e transferências, linha da pobreza 50% (% da população)	34	11,26	4,25	21	6
2	Prevalência de desnutrição (% da população)	163	10,09	10,99	1,17	53,40
	Rendimento da produção de cereais (t/ha)	172	3,25	2,14	0,04	11,54
	Prevalência de desnutrição crônica (déficit de altura/idade) em crianças com menos de 5 anos de idade (%)	143	22,08	13,83	0	57,7
	Prevalência de desnutrição aguda (déficit de peso/altura) em crianças com menos de 5 anos de idade (%)	143	5,97	4,89	0	22,7
	Índice de Gestão Sustentável do Nitrogênio (0-1)	136	0,77	0,20	0,28	1,28
	Prevalência de obesidade, IMC \geq 30 (% da população adulta)	189	19,06	10,45	2,20	47,60
3	Taxa de mortalidade, até 5 anos (por mil nascidos vivos)	191	31,99	32,81	1,9	156,9
	Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)	191	161,32	230,14	0	1360
	Taxa de mortalidade neonatal (por mil nascidos vivos)	191	13,62	11,35	0	48,7
	Densidade de médicos (por mil habitantes)	174	1,56	1,55	0,01	7,74
	Incidência de tuberculose (por 100 mil habitantes)	191	120,11	158,66	0	852
	Taxa de mortes no trânsito (por 100 mil habitantes)	177	16,77	9,96	0	73,4
	Taxa de fertilidade na adolescência (nascimentos por mil mulheres entre 15 e 19 anos)	183	55,49	48,17	0,70	229
	Bem-estar subjetivo (pontuação média, 0-10)	152	5,37	1,16	2,84	7,59
	Expectativa de vida saudável ao nascer (anos)	191	61,54	8,02	39	76
	Porcentagem de crianças sobreviventes que receberam 2 vacinas recomendadas pela OMS (%)	191	86,13	14,61	22	99
	Fumantes diários (% da população acima de 15 anos)	34	19,83	5,72	10,70	38,90
4	Expectativa de escolaridade (anos)	186	12,87	2,88	4,1	20,22
	Índice de alfabetização entre 15-24 anos, ambos os sexos (%)	148	88,34	16,83	23,52	100
	Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental (%)	137	91,44	8,84	37,69	100
	População entre 25 e 64 anos com educação terciária (%)	34	31,50	9,83	14,03	51,32
	Nota no Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (0-600)	60	468,99	47,00	375	542,67
	População entre 25 e 64 anos com formação secundária ou pós-secundária não terciária (%)	34	17,22	13,27	0	56,53

ODS	Descrição/Rótulo	N ^{1/}	Média ^{2/}	DP ^{3/}	Min ^{4/}	Max ^{4/}
5	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais (%)	191	20,61	12,15	0	63,80
	Escolaridade feminina na população acima de 25 anos (% dos homens)	167	86,18	20,28	22,61	134,2
	Taxa de participação feminina na força de trabalho (% dos homens)	121	72,14	18,48	14,9	109,76
	Estimativa de demanda por contracepção não satisfeita (% de mulheres casadas ou em união, 15-49 anos)	182	39,01	20,89	5,41	93,01
	Desigualdade salarial entre gêneros (% do salário médio de homens)	26	14,35	6,77	6,17	36,30
6	Acesso a fontes melhoradas de água (% da população)	189	88,23	15,20	31,7	100
	Acesso a instalações sanitárias melhoradas (% da população)	188	72,35	29,18	6,7	100
	Captação de água doce (% do total de recursos hídricos renováveis)	171	51,79	229,48	0,01	2075
7	Acesso a energia elétrica (% da população)	192	77,17	30,76	5,06	100
	Acesso a combustíveis não sólidos (% da população)	191	64,37	35,14	0	99,90
	Emissões de CO2 pela combustão de combustíveis e geração de eletricidade (MtCO2/TWh)	134	1,43	0,89	0,08	6,11
	Participação de fontes de energia renovável no consumo energético total (%)	34	6,11	16,51	0,70	84,70
8	Taxa de desemprego (% total da força de trabalho)	177	9,27	7,46	0,24	53,93
	Caixas eletrônicas (por 100 mil adultos)	179	46,64	46,43	0,40	290,66
	Taxa de crescimento ajustado (%)	184	-2,07	2,95	5,41	-16,55
	Jovens que não estão trabalhando, estudando nem recebendo formação (NEET) (%)	34	15,29	6,09	6,58	31,56
	Porcentagem de crianças entre 5 e 14 anos submetidas a trabalho infantil (%)	162	10,77	12,03	0,00	49,00
	Taxa de Emprego sobre o total da População (%)	34	60,14	10,41	28,73	78,51
9	Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB)	161	0,65	0,92	0	4,04
	Indivíduos envolvidos com pesquisa e desenvolvimento (por mil empregados)	34	8,67	3,61	0,83	17,38
	Índice de Desempenho Logístico: Qualidade da infraestrutura de comércio e transporte (1-5)	163	2,75	0,65	1,5	4,32
	Qualidade da infraestrutura geral (1-7)	138	4,11	1,06	2,10	6,47
	Assinaturas de planos de banda larga móvel (por 100 habitantes)	142	34,57	32,81	0	149,30
	Proporção da população que utiliza a internet (%)	187	43,64	29,48	0	98,16
	Registros de patentes solicitadas de acordo com o PCT no país de residência do(a) inventor(a) (por milhão de habitantes)	34	116,20	104,09	1,83	343,10
10	Coefficiente de Gini (0-100)	146	39,77	9,32	24,9	65,77
	Índice de Palma	34	1,26	0,53	0,82	3,26
	Índice de Justiça Social do Pisa (0-10)	28	5,60	1,09	3,57	7,48
11	Concentração média anual de material particulado menor que 2,5 microns de diâmetro (PM2,5) (µg/m3) em áreas urbanas	186	18,24	11,24	4,36	70,13
	Cômodos por pessoa	34	1,69	0,42	1	2,50
	Fontes melhoradas de água, encanada (% da população urbana com acesso)	173	74,59	29,57	3,48	100
12	Porcentagem de água residual antropogênica que recebe tratamento (%)	172	25,75	32,40	0	100
	Resíduos sólidos municipais (kg/ano/capita)	159	1,52	1,54	0,09	14,4
	Resíduos sólidos municipais não reciclados (kg/pessoa/ano)	32	1,43	0,44	0,52	2,36
13	Emissões de CO2 per capita relativas a eletricidade (tCO2/capita)	188	4,63	6,25	0,02	44,02
	Monitor de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas (0-1)	158	0,11	0,09	0,01	0,43

ODS	Descrição/Rótulo	N ^{1/}	Média ^{2/}	DP ^{3/}	Min ^{4/}	Max ^{4/}
14	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Água Limpa (0-100)	148	65,49	11,08	34,74	93,92
	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Biodiversidade (0-100)	148	83,63	7,40	64,67	98,26
	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Pesca (0-100)	146	57,53	24,52	1	98
	Ambientes marinhos de importância para a biodiversidade com proteção total (%)	134	18,92	25,24	0	100
	Porcentagem de sobrepesca ou colapso de Recursos Pesqueiros por ZEE (%)	112	32,12	25,35	0,02	95,01
15	Classificação na Lista Vermelha de espécies ameaçadas (0-1)	192	0,86	0,10	0,40	0,99
	Alteração anual da área de florestas (%)	179	6,93	12,32	0	100,73
	Ambientes terrestres de importância para a biodiversidade com proteção total (%)	188	18,93	20,72	0	100
16	Homicídios (por 100 mil habitantes)	192	8,55	11,25	0	90,40
	População carcerária (por 100 mil habitantes)	188	165,77	131,94	6	716
	Proporção da população que se sente segura ao andar à noite sozinha na cidade ou região onde mora. (%)	156	61,08	15,35	13,82	92,31
	Índice de Percepção de Corrupção (0-100)	162	42,30	20,24	8	91
	Proporção de crianças com menos de 5 anos que tiveram o nascimento registrado junto a autoridades civis, por idade (%)	160	81,09	26,16	2,3	100
	Eficiência governamental (1-7)	138	3,63	0,77	1,41	5,77
	Direito de propriedade (1-7)	138	4,33	0,96	1,59	6,42
17	Para países de renda alta e todos os membros do CAD da OCDE: Financiamento público internacional concessional, incluindo assistência oficial ao desenvolvimento (% da RNB)	28	0,41	0,33	0,10	1,41
	Para todos os outros países: Carga tributária (% do PIB)	128	28,59	15,35	8,36	107,49
	Gastos com saúde, educação e P&D (% do PIB)	120	12,72	4,59	2,56	25,12

Fonte: Cálculo dos autores

Observações: 1/Número N de valores de dados disponíveis; 2/Média dos valores dos dados; 3/O desvio padrão da amostra mede a distância média entre uma observação e a média e é igual à raiz quadrada da variância amostral; 4/ Menores e maiores valores dos dados

2.1 Testes estatísticos com dados brutos

Com base em uma ampla seleção de indicadores, conduzimos uma série de testes estatísticos, incluindo de assimetria e curtose para normalidade, assim como de Shapiro–Wilk e Shapiro–Francia, para determinar a distribuição normal das variáveis consideradas no Índice de ODS. Quando o pressuposto da normalidade é violado, algumas técnicas estatísticas comuns se tornam inválidas.

O método z-score é o mais habitualmente adotado na construção de indicadores compostos (OCDE 2008), mas observamos diversos Motivação para a não aplicação dessa abordagem sobre os dados que fundamentam o Índice e os Painéis de ODS. Primeiramente, os dados disponíveis não estão em distribuição normal. Em muitos casos, a variação da distribuição normal é substancial (ex.: pobreza extrema, acesso a eletricidade, gastos com P&D). Em segundo lugar, o objetivo dos ODS é oferecer estímulo e apoio para que todos os países alcancem objetivos quantitativos ambiciosos e acabar com certas formas de privação, não permitindo que ninguém fique para trás. Em outras palavras, o objetivo é se afastar de uma distribuição normal. Por fim, o método z-score nos permite compreender o desempenho dos países na relação de uns com os outros ao especificar a posição relativa de cada medida dentro de um certo intervalo. Contudo, o mais importante do ponto de vista das políticas é a distância em que um país se encontra dos limiares quantitativos associados ao sucesso dos ODS.

2.2 Ajuste de escala e tratamento de valores extremos

Para que a comparação dos dados de indicadores diferentes fosse possível, a escala de cada variável foi redefinida de 0 a 100, onde 0 indica o pior desempenho e 100, o melhor. Como uma primeira etapa de ajuste de escala, precisamos definir os marcos superiores e inferiores de cada distribuição utilizando abordagens consistentes alinhadas com os ODS.

Quando possível, utilizamos os limiares absolutos dos objetivos para denotar o limite superior de cada distribuição. Estes valores derivam de uma máxima tecnicamente viável ou limiar que deve ser alcançado para o sucesso do desenvolvimento sustentável sem negligenciar ninguém. Por exemplo, a linha superior de acesso a infraestrutura básica foi definida em 100% e as variáveis de gênero, delimitadas na igualdade perfeita entre homens e mulheres. Em algumas variáveis, não há limites superiores absolutos identificáveis dessa forma, pois pode se configurar a impossibilidade técnica de atingir certos fronteiras absolutas (ex.: erradicação total da mortalidade infantil, nenhuma morte em acidentes de trânsito ou Coeficiente de Gini zero). Nesses casos, consideramos a média dos cinco países com melhor desempenho na amostra como limiar superior. Cada distribuição foi então truncada nesse marco positivo.

Em alguns casos, o limite superior excede os limiares que devem ser atingidos até 2030 para se considerar o sucesso dos ODS. Por exemplo, os objetivos exigem a redução da mortalidade infantil a níveis inferiores a 25 por mil nascidos vivos, mas muitos países já superaram esse número (isto é, registram taxa de mortalidade inferior a 25 por mil). Consulte na Tabela 7 e nos metadados disponíveis na internet a descrição completa dos limiares considerados em cada variável. Ao definir a máxima técnica como “melhor” resultado (ex.: o mortalidade por mil) – e não os limiares de sucesso dos ODS –, o Índice

de ODS reconhece os avanços em toda a distribuição. Essa abordagem se mostra particularmente importante para países que já alcançaram alguns limiares do ODS, mas ainda estão defasados em relação a outras nações nessa métrica. Para eliminar o efeito de valores extremos, que podem distorcer os resultados de um índice composto, a OCDE (2008) recomenda truncar os dados desconsiderando os 2,5 percentis mais baixos da distribuição. Aplicamos esta abordagem no limiar inferior e truncamos os dados nesse nível. Dessa forma, atenuamos o impacto de valores extremos nas posições mais baixas da distribuição nas pontuações do Índice de ODS. Após a definição de marcos superiores e inferiores, as variáveis foram transformadas linearmente em uma escala de 0 a 100. Subtraiu-se o limiar inferior e dividiu-se pela gama de valores dos indicadores. Os valores que superaram 100 foram definidos em 100, e os valores negativos, em 0. Essa fórmula garante que todas as variáveis que tiveram sua escala readequada sejam expressas em ascendente (isto é, valores mais altos indicam desempenho melhor). Dessa forma, facilita-se a interpretação dos dados na nova escala: um país com nota 50 em uma variável está na metade do caminho rumo ao melhor valor; enquanto outro que registra 75 de pontuação já percorreu três quartos da distância do melhor para o pior.

Agregação

Como pressuposto normativo, damos o mesmo peso a todos os ODS para refletir o compromisso dos formuladores de políticas com o tratamento igual a todos os objetivos como um conjunto “integrado e indivisível” (ONU 2015, parágrafo 5). Essa abordagem também permite o posterior acréscimo de novas variáveis em determinados ODS sem afetar o peso relativo de cada um no resultado geral. Por esse motivo, a agregação do Índice de ODS procede em duas etapas. Na primeira, as variáveis já ajustadas à escala são combinadas em cada ODS antes de serem agregadas a todos os objetivos.

Em sua forma atual, o Índice de ODS traz um número insuficiente de variáveis para empregar uma função CES aninhada. O Quadro 1 revisa formas funcionais alternativas comuns para agregar vários indicadores em um índice composto e suas implicações nos resultados: a média aritmética, a média geométrica e a função de produção de Leontief. Após uma meticulosa reflexão sobre as três opções, selecionamos a média aritmética para a agregação interna de cada ODS por dois Motivação: Primeiro porque cada objetivo em geral descreve prioridades complementares de políticas com um grau razoável de substituíbilidade. Em segundo lugar, porque a média aritmética tem a vantagem de ser de fácil transmissão e compreensão.

Foi atribuído peso equivalente a todas as variáveis de cada ODS. Isso implica que o peso relativo de um indicador dentro de um objetivo específico é inversamente proporcional ao número de indicadores disponíveis nesse objetivo.

Como os ODS são uma agenda integrada e indivisível que exige o avanço de todos os objetivos, não é possível pressupor a substituíbilidade perfeita entre metas, como seria necessário para usar a média aritmética. Por outro lado, a função de mínimo (ou de Leontief) daria peso excessivo a um único ODS em que um país tivesse seu pior

desempenho. Precisamos, portanto, considerar tanto a média aritmética quanto a geométrica como duas abordagens plausíveis. Por sorte, as duas produzem resultados quase idênticos (coeficiente de correlação 0,977 e a classificação fica praticamente a mesma). Como um teste de robustez adicional, calculamos a mediana de ordem entre as classificações aritméticas e geométricas (Tabela 5). A volatilidade entre esses resultados é muito limitada – apenas alguns países registraram 10 posições diferentes entre a classificação aritmética e a mediana. Essas

diferenças são explicadas pelo uso da média geométrica, que, diferente da aritmética, penaliza significativamente pontuações muito baixas de determinados objetivos. Portanto, decidimos proceder com a agregação mais direta, utilizando uma simples média numérica. Essa opção traz a vantagem de dar ao índice resultante um significado natural e intuitivo. Uma pontuação de X% (digamos, 70%) indica que, na média, o país já percorreu X% do caminho entre o pior e o melhor desempenho em todos os 17 ODS.

Quadro 1. Metodologias de geração de índices agregados

Conforme demonstrado por Rickels et al. (2014) no caso do Índice de Saúde dos Oceanos e de modo mais amplo pela OCDE (2008), o método de agregação de diferentes variáveis em um painel ou índice pode trazer implicações consideráveis para os resultados gerais. Para permitir a máxima flexibilidade na agregação de dados sobre cada um dos ODS j , é possível utilizar as médias generalizadas ou a função de elasticidade de substituição constante, a CES (Arrow et al. 1961, Blackorby e Donaldson 1982) para gerar um índice agregado I .

$$I(N, I_j, \rho) = \left[\sum_{j=1}^N \frac{1}{N} I_j^{-\rho} \right]^{-\frac{1}{\rho}}$$

onde N indica o número de variáveis a serem agregadas por ODS. O parâmetro de substituição ρ descreve a substituíbilidade entre os componentes do indicador com um intervalo permissível de $-1 \leq \rho \leq \infty$ (Arrow et al. 1961). Isso produz a elasticidade de substituição σ entre componentes do Índice de ODS:

$$\sigma = \frac{1}{1 + \rho}$$

Com $0 \leq \sigma \leq \infty$ e

$$\rho = \frac{1 - \sigma}{\sigma}$$

Três casos especiais desta função CES são geralmente considerados. Primeiro, se os componentes do índice agregado forem substitutos perfeitos, a regressão de um indicador (ex.: coeficiente de Gini) pode ser compensada por um ganho em outro indicador (ex.: mortalidade infantil). Muitas vezes, refere-se a esse caso como uma “sustentabilidade fraca”. Então, a função CES com pesos iguais entre os componentes assume a forma da média aritmética:

$$I(N, I_j) = \sum_{j=1}^N \frac{1}{N} I_j$$

A sustentabilidade forte ocorre quando os componentes do Índice de ODS não são substituíveis ($\sigma = 0, \rho = \infty$). Neste caso, a função CES se transforma em função de produção de Leontief com isoquantas ortogonais onde o índice agregado I é determinado pelo componente de menor nota I_j :

$$I(I_j) = \text{Min}\{I_j\}$$

Por fim, um caso intermediário de substituíbilidade linear é possibilitado pela função de produção Cobb-Douglas com $\sigma = 1$ e $\rho = 1$. Neste caso, o índice agregado I se torna a média geométrica dos componentes I_j :

A média geométrica é geralmente adotada para agregar variáveis heterogêneas com substituíbilidade limitada e nos casos em que o foco da análise se volta para transformações relativas nas variáveis, em vez de mudanças absolutas. Um exemplo proeminente é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que atualizou seu método de agregação de três dimensões, substituindo a média aritmética pela geométrica em 2010 (PNUD 2015).

$$I(N, I_j) = \prod_{j=1}^N \sqrt[N]{I_j}$$

Tabela 5. Índices de ODS obtidos pela média aritmética e geométrica de todos os ODS

País	Código	Média aritmética		Mediana de ordem	
		Posição	Pontuação	Posição	Diferença
Suécia	SWE	1	84,5	1	0
Dinamarca	DNK	2	83,9	2	0
Noruega	NOR	3	82,3	3	0
Finlândia	FIN	4	81,0	5	-1
Suíça	CHE	5	80,9	4	1
Alemanha	DEU	6	80,5	6	0
Áustria	AUT	7	79,1	7	0
Países Baixos	NLD	8	78,9	8	0
Islândia	ISL	9	78,4	15	-3
Reino Unido	GBR	10	78,1	10	0
França	FRA	11	77,9	9	1
Bélgica	BEL	12	77,4	11	1
Canadá	CAN	13	76,8	14	-1
Irlanda	IRL	14	76,7	12	1
República Tcheca	CZE	15	76,7	17	-1
Luxemburgo	LUX	16	76,7	13	2
Eslovênia	SVN	17	76,6	16	1
Japão	JPN	18	75,0	19	-1
Singapura	SGP	19	74,6	28	-5
Austrália	AUS	20	74,5	20	0
Estônia	EST	21	74,5	18	2
Nova Zelândia	NZL	22	74,0	22	0
Belarus	BLR	23	73,5	24	-1
Hungria	HUN	24	73,4	21	2
Estados Unidos	USA	25	72,7	23	1
República Eslovaca	SVK	26	72,7	31	-3
Coreia, Rep.	KOR	27	72,7	30	-2
Letônia	LVA	28	72,5	26	1
Israel	ISR	29	72,3	25	2
Espanha	ESP	30	72,2	33	-2
Lituânia	LTU	31	72,1	29	1
Malta	MLT	32	72,0	27	3
Bulgária	BGR	33	71,8	32	1
Portugal	PRT	34	71,5	36	-1
Itália	ITA	35	70,9	35	0
Croácia	HRV	36	70,7	34	1
Grécia	GRC	37	69,9	37	0
Polônia	POL	38	69,8	38	0

País	Código	Média aritmética		Mediana de ordem	
		Posição	Pontuação	Posição	Diferença
Sérvia	SRB	39	68,3	39	0
Uruguai	URY	40	68,0	40	0
Romênia	ROU	41	67,5	42	-1
Chile	CHL	42	67,2	44	-1
Argentina	ARG	43	66,8	47	-2
Moldávia	MDA	44	66,6	43	1
Chipre	CYP	45	66,5	48	-2
Ucrânia	UKR	46	66,4	51	-3
Federação Russa	RUS	47	66,4	41	3
Turquia	TUR	48	66,1	46	1
Catar	QAT	49	65,8	45	2
Armênia	ARM	50	65,4	53	-2
Tunísia	TUN	51	65,1	49	1
Brasil	BRA	52	64,4	50	1
Costa Rica	CRI	53	64,2	52	1
Cazaquistão	KAZ	54	63,9	59	-3
Emirados Árabes Unidos	ARE	55	63,6	58	-2
México	MEX	56	63,4	57	-1
Geórgia	GEO	57	63,3	54	2
Macedônia, ARIM	MKD	58	62,8	60	-1
Jordânia	JOR	59	62,7	61	-1
Montenegro	MNE	60	62,5	80	-10
Tailândia	THA	61	62,2	55	3
Venezuela, RB	VEN	62	61,8	65	-2
Malásia	MYS	63	61,7	63	0
Marrocos	MAR	64	61,6	56	4
Azerbaijão	AZE	65	61,3	68	-2
Egito, Rep. Árabe	EGY	66	60,9	66	0
República Quirguiz	KGZ	67	60,9	88	-11
Albânia	ALB	68	60,8	62	3
Maurícia	MUS	69	60,7	75	-3
Panamá	PAN	70	60,7	67	2
Equador	ECU	71	60,7	64	4
Tajiquistão	TJK	72	60,2	71	1
Bósnia e Herzegovina	BIH	73	59,9	92	-10
Omã	OMN	74	59,9	76	-1
Paraguai	PRY	75	59,3	78	-2
China	CHN	76	59,1	69	4

País	Código	Média aritmética		Mediana de ordem	
		Posição	Pontuação	Posição	Diferença
Jamaica	JAM	77	59,1	72	3
Trinidad e Tobago	TTO	78	59,1	97	-10
Irã, Rep. Islâmica	IRN	79	58,5	77	1
Botsuana	BWA	80	58,4	70	5
Peru	PER	81	58,4	81	0
Butão	BTN	82	58,2	74	4
Argélia	DZA	83	58,1	79	2
Mongólia	MNG	84	58,1	73	6
Arábia Saudita	SAU	85	58,0	113	-14
Líbano	LBN	86	58,0	84	1
Suriname	SUR	87	58,0	82	3
Vietnã	VNM	88	57,6	83	3
Bolívia	BOL	89	57,5	85	2
Nicarágua	NIC	90	57,4	87	2
Colômbia	COL	91	57,2	89	1
República Dominicana	DOM	92	57,1	93	-1
Gabão	GAB	93	56,2	90	2
El Salvador	SLV	94	55,6	95	-1
Filipinas	PHL	95	55,5	91	2
Cabo Verde	CPV	96	55,5	86	5
Sri Lanka	LKA	97	54,8	116	-10
Indonésia	IDN	98	54,4	96	1
África do Sul	ZAF	99	53,8	118	-10
Kuwait	KWT	100	52,5	129	-15
Guiana	GUY	101	52,4	112	-6
Honduras	HND	102	51,8	100	1
Nepal	NPL	103	51,5	99	2
Gana	GHA	104	51,4	94	5
Iraque	IRQ	105	50,9	106	-1
Guatemala	GTM	106	50,0	103	2
Lau, RDP	LAO	107	49,9	98	5
Namíbia	NAM	108	49,9	125	-9
Zimbábue	ZWE	109	48,6	101	4
Índia	IND	110	48,4	102	4
Congo, Rep.	COG	111	47,2	127	-8
Camarões	CMR	112	46,3	109	2
Lesoto	LSO	113	45,9	110	2
Senegal	SEN	114	45,8	104	5
Paquistão	PAK	115	45,7	120	-3

País	Código	Média aritmética		Mediana de ordem	
		Posição	Pontuação	Posição	Diferença
Suazilândia	SWZ	116	45,1	107	5
Mianmar	MMR	117	44,5	121	-2
Bangladesh	BGD	118	44,4	124	-3
Camboja	KHM	119	44,4	132	-7
Quênia	KEN	120	44,0	105	8
Angola	AGO	121	44,0	108	7
Ruanda	RWA	122	44,0	119	2
Uganda	UGA	123	43,6	117	3
Costa do Marfim	CIV	124	43,5	114	5
Etiópia	ETH	125	43,1	115	5
Tanzânia	TZA	126	43,0	111	8
Sudão	SDN	127	42,2	135	-4
Burundi	BDI	128	42,0	143	-8
Togo	TGO	129	40,9	123	3
Benim	BEN	130	40,0	122	4
Malawi	MWI	131	39,8	144	-7
Mauritânia	MRT	132	39,6	126	3
Moçambique	MOZ	133	39,5	136	-2
Zâmbia	ZMB	134	38,4	130	2
Mali	MLI	135	38,2	131	2
Gâmbia	GMB	136	37,8	128	4
Iêmen, Rep.	YEM	137	37,3	138	-1
Serra Leoa	SLE	138	36,9	133	3
Afeganistão	AFG	139	36,5	142	-2
Madagascar	MDG	140	36,2	141	-1
Nigéria	NGA	141	36,1	148	-4
Guiné	GIN	142	35,9	139	2
Burkina Faso	BFA	143	35,6	137	3
Haiti	HTI	144	34,4	134	5
Chade	TCD	145	31,8	140	3
Níger	NER	146	31,4	146	0
Congo, Rep. Dem.	COD	147	31,3	145	1
Libéria	LBR	148	30,5	147	1
República Centro-Africana	CAF	149	26,1	149	0

Fonte: Cálculo dos autores * A mediana de ordem é calculada a partir das médias aritmética e geométrica.

2.4 Abrangência de países e dados indisponíveis

Como o Índice de ODS apresenta uma comparação entre países, é importante evitar o excesso de enviesamento provocado pela indisponibilidade de variáveis. Incluímos todos os países para os quais havia pelo menos 80% de dados disponíveis sobre as variáveis consideradas no documento ou também no Índice Ampliado de ODS dos países-membros da OCDE. Todos os membros da organização dispunham de informações suficientes, e 149 nações de todo o mundo satisfizeram esse teste, incluindo diversos Estados com população inferior a 1 milhão. A Tabela 6 traz uma relação dos países que não foram contemplados nesta versão do Índice de ODS.

Entre os países desconsiderados no Índice e nos Painéis de ODS deste ano estão 31 países pequenos com população inferior a 1 milhão de habitantes. As nações com disponibilidade insuficiente de dados estão nas seguintes categorias de renda, conforme definição do Banco Mundial: 12 países de renda alta, 14 de renda média alta, 8 de renda média baixa e 6 de renda baixa. Muitos desses Estados enfrentam grandes desafios para atingir os ODS, portanto investir em sua capacidade de gerar dados de alta qualidade é uma prioridade para garantir a tomada imediata de ação para chegar a esses objetivos.

Tabela6. Países não considerados no Índice e nos Painéis de ODS por insuficiência de dados

País	Valores Indisponíveis	País	Valores Indisponíveis	País	Valores Indisponíveis
Andorra	56%	Guiné-Bissau	23%	Seicheles	24%
Antígua e Barbuda	44%	Kiribati	40%	Ilhas Salomão	32%
Bahamas	37%	Coreia, Rep. Dem.	40%	Somália	37%
Bahrein	21%	Líbia	27%	Sudão do Sul	37%
Barbados	31%	Liechtenstein	63%	São Cristóvão e Névis	50%
Belize	26%	Maldivas	24%	Santa Lúcia	37%
Brunei Darussalam	40%	Ilhas Marshall	47%	São Vicente e Granadinas	47%
Comores	27%	Micronésia, Est. Fed.	45%	República Árabe da Síria	21%
Cuba	23%	Mônaco	55%	Timor-Leste	23%
Djibuti	24%	Nauru	n/a*	Tonga	37%
Dominica	45%	Palau	47%	Turcomenistão	29%
Guiné Equatorial	32%	Papua Nova Guiné	29%	Tuvalu	56%
Eritreia	27%	Samoa	40%	Uzbequistão	23%
Fiji	27%	São Marino	65%	Vanuatu	31%
Granada	48%	São Tomé e Príncipe	26%		

Fonte: Cálculo dos autores

* Nauru foi excluído da análise, pois o banco de dados dos Indicadores do Desenvolvimento Mundial e a maioria dos demais conjuntos de dados consultados não contêm quaisquer informações sobre o país.

2.5 Análise de correlação e robustez

Uma análise de correlação mostra a correlação significativa entre os indicadores e a pontuação no índice ao se assumir todos os países. No entanto, isso não é motivo para considerar os indicadores redundantes e reduzir o número de valores, pois a correlação varia de país para país. Um índice composto que incluir indicadores com grande correlação interna oferece classificações robustas com base nas mudanças na seleção de pesos e o método de normalização. Além do mais, a correlação entre o Índice de ODS e outras métricas comuns relativas ao progresso social ou ao desenvolvimento humano é robusta de acordo com especificações diferentes do Índice de ODS.

Em seguida, realizamos a análise de robustez para verificar a sensibilidade dos resultados segundo diferentes especificações no limiar superior e inferior. A adequação da escala normalmente é bastante sensível à escolha de limites e valores extremos (atípicos) nas duas extremidades da distribuição. Estes valores aberrantes podem se tornar limiares involuntários e apresentar variabilidade espúria nos dados. Em outras palavras, a escolha de marcos superiores e inferiores pode afetar a classificação relativa de um país no índice. Isso se aplica principalmente ao limiar inferior, que afeta o valor e as unidades da variável e pode ter impacto na classificação, enquanto o superior afeta apenas as unidades.¹ Além disso, a contribuição para o indicador composto pode sofrer alteração significativa se houver variação na gama de valores considerados nos indicadores. Ademais, algumas séries de dados carecem de tempestividade (isto é, foram medidas em anos distintos) e podem incluir observações extremas incomparáveis.

1. Uma alteração no limiar inferior afeta as unidades de medida (α) e o valor da variável. Em outras palavras, para a classificação, o limiar inferior interfere mais que o superior

Testamos a robustez da transformação linear considerando diferentes especificações de limiares superiores e inferiores (Zwillinger e Kokoska, 2000). Os dados foram normalizados utilizando-se um limiar inferior acima de 2,5 percentis e um limiar superior baseado em uma combinação de valores tecnicamente ótimos ou da média dos cinco países com melhor desempenho caso um valor ótimo não esteja determinado. A especificação da robustez considera uma amostra bruta da linha de base de dados e duas opções simétricas adicionais: com a média de dez (em vez de cinco) países com o maior/menor desempenho e desconsiderando os valores abaixo de 2,5 e acima de 97,5 percentis, isto é, baixando e elevando valores para ajustá-los aos 97,5 e 2,5 percentis, respectivamente. Esse teste de robustez demonstra que apenas um número limitado de classificações de países da nossa amostra é afetado pela definição de limiares. Ao calcular a diferença entre a linha de base e essas opções de limiares, percebemos que a variabilidade na classificação entre os dez países no topo do ranking é particularmente limitada. Concluímos que o cálculo da média dos cinco melhores desempenhos é uma abordagem mais consistente e invariável quando não há limiares absolutos específicos disponíveis para os marcos superiores.

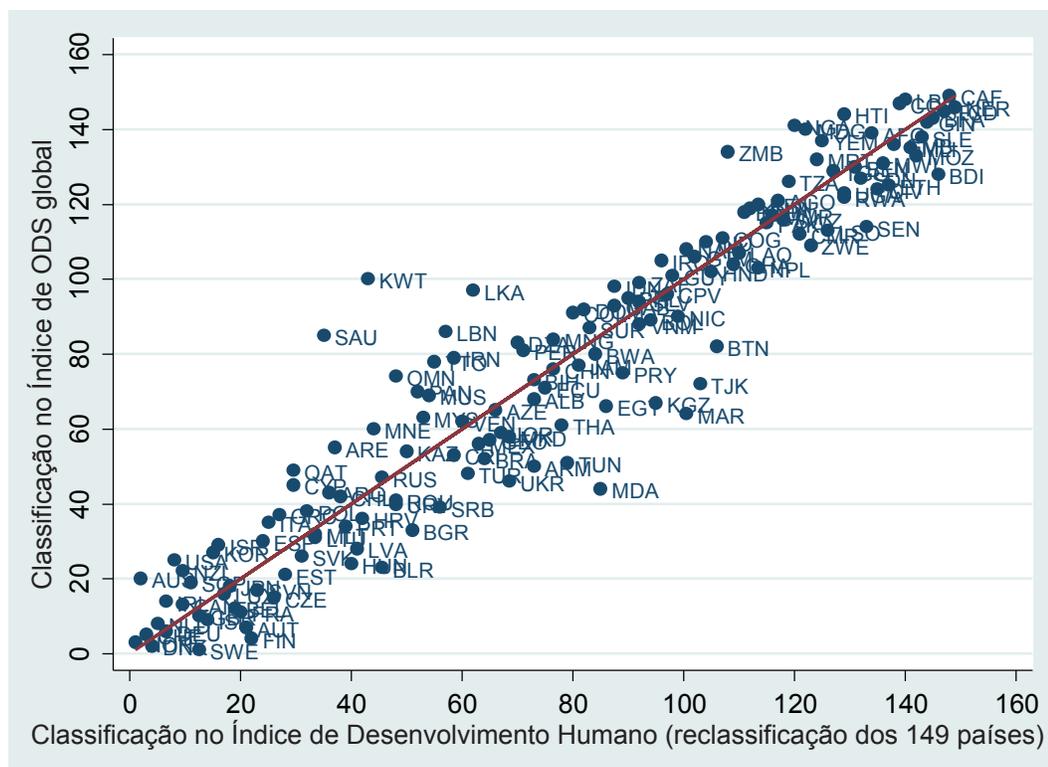
2.6 Comparação com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A Figura 2 compara a classificação dos países segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (PNUD 2015) e o Índice de ODS obtido pela reclassificação do IDH referente aos 149 países considerados neste documento. Existe uma correlação significativa, mas também variação substancial em alguns países, principalmente na região do Oriente Médio e Norte da África. Alguns desses Estados ficaram, no Índice de ODS, em posição 30 a 40 vezes inferior ao resultado registrado no IDH, o que sugere que eles conseguem atender necessidades humanas básicas de desenvolvimento, mas registram desempenho pior em outras dimensões dos ODS. Consulte nos perfis dos países na internet

a comparação entre a pontuação de cada um neste Índice e no IDH, além do cotejo com outros índices de desenvolvimento compostos.

A alta correlação geral resulta do fato de que o IDH mede dimensões essenciais do desenvolvimento humano (saúde, educação, renda) que se correlacionam bem com muitos ODS. A variação, portanto, deriva de dimensões complementares introduzidas pelos objetivos de desenvolvimento sustentável, incluindo sustentabilidade ambiental, paz e segurança, governança, desigualdade e assim por diante. O gráfico mostra que o foco apenas no desenvolvimento humano desvia a atenção de elaboradores de políticas de objetivos críticos ao desenvolvimento e que estão sacramentados nos ODS.

Figura 2. Comparação das classificações do Índice de ODS e do Índice de Desenvolvimento Humano



Fonte: PNUD(2015) e cálculo dos autores

Observação: Vide código dos países na Tabela 5

Os comentários feitos a respeito das primeiras versões do Índice de ODS apontaram a alta correlação entre este documento e o IDH para questionar se aquele conseguia capturar de forma adequada a natureza transformadora dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. É possível que indicadores indisponíveis a respeito de algumas prioridades nas quais a tendência dos países ricos é de se sair pior (ex.: consumo e produção sustentáveis) aumente a correlação entre o Índice de ODS e o IDH. No entanto, as nações com níveis mais altos de desenvolvimento humano tendem a ter melhor desempenho na maioria dos ODS, incluindo objetivos relacionados ao desenvolvimento econômico e à inclusão social. Da mesma forma, os países ricos propendem a melhores resultados em uma série de prioridades ambientais (locais), incluindo acesso a água tratada, taxas de desmatamento e índices de perda da biodiversidade. Na balança, qualquer Índice de ODS que dê o mesmo peso para cada um dos 17 objetivos teria correlação significativa com o IDH.

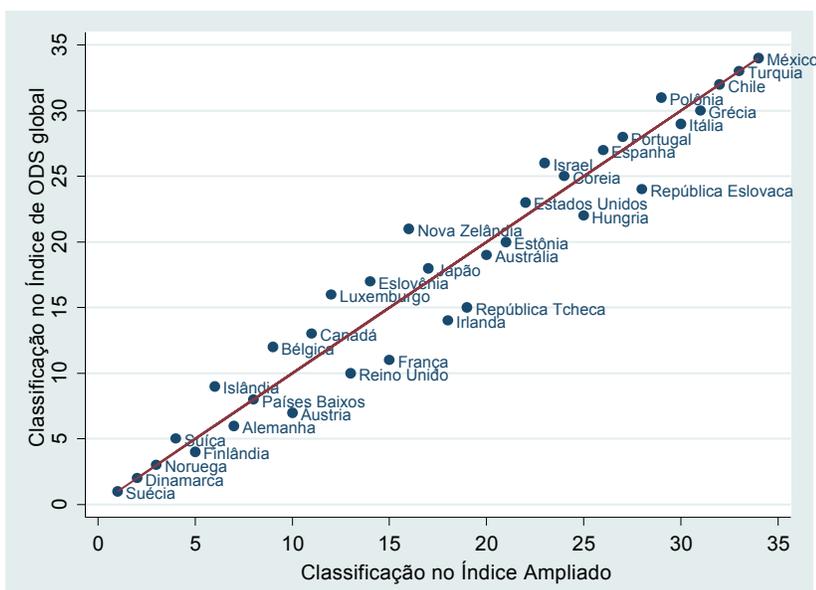
A maior utilidade do Índice de ODS será na comparação de desempenhos relativos entre

países de uma mesma região ou grupo de renda. A variação substancial observada dentro de cada grupo de países deve mobilizar os responsáveis pela elaboração de políticas para melhor compreender os Motivação da divergência e planejar estratégias que reduzam a defasagem de desempenho com relação a outras nações.

2.7 Comparação do Índice de ODS global com o Índice Ampliado de ODS dos países-membros da OCDE

Tanto o Índice de ODS global quanto o Índice Ampliado de ODS dos países-membros da OCDE consideram as 34 nações que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A Figura 3 compara a classificação destes Estados no Índice de ODS global (Tabela 1) e na versão ampliada (Tabela 2). No geral, a variação entre um e outro é baixa e os dois apresentam alto grau de correlação (coeficiente de correlação de 0,942). A variação é explicada pela inclusão de indicadores complementares no Índice Ampliado, o que permite maior diferenciação entre os países.

Figura 3. Classificação comparada dos países-membros da OCDE no Índice de ODS global e no Índice Ampliado



3. Metodologia adotada na elaboração dos Painéis de ODS

Os Painéis de ODS, encontrados nas páginas dos países, utilizam os mesmos dados do Índice. Introduzimos limiares quantitativos em cada indicador para agrupar os países em uma tabela baseada na “sinalização de trânsito”. A agregação de todos os indicadores de um objetivo resulta em uma pontuação geral para cada ODS e país.

3.1 Geração dos limiares dos Painéis

Para avaliar o progresso de um país em determinado indicador, consideramos três faixas: (i) a verde é delimitada pelo máximo que pode ser alcançado por cada variável (seção 2.2acima)

e o limiar que se deve atingir para considerar o sucesso do ODS; (ii) uma faixa intermediária amarela, delimitada pela conquista do ODS no topo e um limiar que indica desafios significativos para o sucesso dos ODS; e (iii) uma vermelha que descreve os casos onde é necessário superar grandes desafios para que um país possa atingir os ODS. Esta última faixa está delimitada por baixo por um limiar que indica o pior desempenho da amostra (seção 2.2acima). Quando possível, os limiares são derivados dos ODS, suas metas ou outras fontes oficiais. Todos estão especificados em termos absolutos e descritos na Tabela 7. É possível consultar dados nacionais em detalhes nos perfis dos países e nos metadados disponíveis na internet. Os limiares são os mesmos para todos os países e foram submetidos a extensas consultas junto a comunidades de especialistas.

Tabela 7. Limiares dos indicadores adotados nos Painéis de ODS

ODS	Descrição/Rótulo	Melhor (= 100)	Verde	Amarelo	Vermelho	Pior (= 0)
1	Incidência da pobreza com base em US\$ 1,90 por dia (2011 PPC) (% da população)	0%	<2%	2% ≤ valor ≤ 12,7%	>12,7%	68,7%
	Incidência da pobreza após impostos e transferências, linha da pobreza 50% (% da população)	0%	<10%	10% ≤ valor ≤ 15%	>15%	21%
2	Prevalência de desnutrição (% da população)	0%	<7,5%	7,5% ≤ valor ≤ 15%	>15%	41,6%
	Rendimento da produção de cereais (t/ha)	9,3	>2,5	1,5 ≤ valor ≤ 2,5	<1,5	0,4
	Prevalência de desnutrição crônica (déficit de altura/idade) em crianças com menos de 5 anos de idade (%)	0%	<7,5%	7,5% ≤ valor ≤ 15%	>15%	49,5%
	Prevalência de desnutrição aguda (déficit de peso/altura) em crianças com menos de 5 anos de idade (%)	0%	<5%	5% ≤ valor ≤ 10%	>10%	18,9%
	Índice de Gestão Sustentável do Nitrogênio (0-1)	0	<0,3	0,3 ≤ valor ≤ 0,7	>0,7	1,1
	Prevalência de obesidade, IMC ≥ 30 (% da população adulta)	0%	<10%	10% ≤ valor ≤ 25%	>25%	42,3%

ODS	Descrição/Rótulo	Melhor (= 100)	Verde	Amarelo	Vermelho	Pior (= 0)
3	Taxa de mortalidade, até 5 anos (por mil nascidos vivos)	0	<25	25 ≤ valor ≤ 50	>50	120,4
	Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos)	0	<70	70 ≤ valor ≤ 140	>140	789
	Taxa de mortalidade neonatal (por mil nascidos vivos)	0	<12	12 ≤ valor ≤ 18	>18	39,7
	Densidade de médicos (por mil habitantes)	6,3	>3	1 ≤ valor ≤ 3	<1	0
	Incidência de tuberculose (por 100 mil habitantes)	0	<10	10 ≤ valor ≤ 75	>75	561
	Taxa de mortes no trânsito (por 100 mil habitantes)	2,1	<8,4	8,4 ≤ valor ≤ 16,8	>16,8	33,2
	Taxa de fertilidade na adolescência (nascimentos por mil mulheres entre 15 e 19 anos)	0	<25	25 ≤ valor ≤ 50	>50	176
	Bem-estar subjetivo (pontuação média, 0-10)	10	>6	5 ≤ valor ≤ 6	<5	3,3
	Expectativa de vida saudável ao nascer (anos)	74,2	>65	60 ≤ valor ≤ 65	<60	44
	Porcentagem de crianças sobreviventes que receberam 2 vacinas recomendadas pela OMS (%)	100%	>90%	80% ≤ valor ≤ 90%	<80%	46%
	Fumantes diários (% da população acima de 15 anos)	12,1%	<20%	20% ≤ valor ≤ 25%	>25%	38,9%
4	Expectativa de escolaridade (anos)	19,1	>12	10 ≤ valor ≤ 12	<10	7,2
	Índice de alfabetização entre 15-24 anos, ambos os sexos (%)	100%	>95%	85% ≤ valor ≤ 95%	<85%	39,3%
	Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental (%)	100%	>98%	90% ≤ valor ≤ 98%	<90%	68,7%
	População entre 25 e 64 anos com educação terciária (%)	45,4%	>25%	15% ≤ valor ≤ 25%	<15%	14%
	Nota no Pisa – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (0-600)	600	>493	400 ≤ valor ≤ 493	<400	382,7
	População entre 25 e 64 anos com formação secundária ou pós-secundária não terciária (%)	100%	>85%	70% ≤ valor ≤ 85%	<70%	0%
5	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos nacionais (%)	50%	>40%	20% ≤ valor ≤ 40%	<20%	0%
	Escolaridade feminina na população acima de 25 anos (% dos homens)	100%	>95%	75% ≤ valor ≤ 95%	<75%	40,5
	Taxa de participação feminina na força de trabalho (% dos homens)	100%	>70%	50% ≤ valor ≤ 70%	<50%	22,5%
	Estimativa de demanda por contracepção não satisfeita (% de mulheres casadas ou em união, 15-49 anos)	0%	<20%	20% ≤ valor ≤ 50%	>50%	82,9%
	Desigualdade salarial entre gêneros (% do salário médio de homens)	0%	<7,5%	7,5% ≤ valor ≤ 15%	>15%	36,3%
6	Acesso a fontes melhoradas de água (% da população)	100%	>98%	80% ≤ valor ≤ 98%	<80%	50,8%
	Acesso a instalações sanitárias melhoradas (% da população)	100%	>95%	75% ≤ valor ≤ 95%	<75%	12,1%
	Captação de água doce (% do total de recursos hídricos renováveis)	0%	<20%	20% ≤ valor ≤ 40%	>40%	374,1%

ODS	Descrição/Rótulo	Melhor (= 100)	Verde	Amarelo	Vermelho	Pior (= 0)
7	Acesso a energia elétrica (% da população)	100%	>98%	80% ≤ valor ≤ 98%	<80%	9,8%
	Acesso a combustíveis não sólidos (% da população)	100%	>85%	50% ≤ valor ≤ 85%	<50%	5%
	Emissões de CO2 pela combustão de combustíveis e geração de eletricidade (MtCO2/TWh)	0	<1	1 ≤ valor ≤ 1,5	>1,5	3,7
	Participação de fontes de energia renovável no consumo energético total (%)	47%	>20%	10% ≤ valor ≤ 20%	<10%	0,7%
8	Taxa de desemprego (% total da força de trabalho)	0,8%	<5%	5% ≤ valor ≤ 10%	>10%	30,1%
	Caixas eletrônicas (por 100 mil adultos)	217,8	>20	10 ≤ valor ≤ 20	<10	1
	Taxa de crescimento ajustado (%)	3,7%	>0%	-2% ≤ valor ≤ 0%	<-2%	-7,3%
	Jovens que não estão trabalhando, estudando nem recebendo formação (NEET) (%)	8,3%	<10%	10% ≤ valor ≤ 15%	>15%	31,6%
	Porcentagem de crianças entre 5 e 14 anos submetidas a trabalho infantil (%)	0%	<2%	2% ≤ valor ≤ 10%	>10%	39,2%
	Taxa de Emprego sobre o total da População (%)	73,6%	>60%	50% ≤ valor ≤ 60%	<50%	28,7%
9	Gastos com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB)	3,7%	>1,5%	1% ≤ valor ≤ 1,5%	<1%	0%
	Indivíduos envolvidos com pesquisa e desenvolvimento (por mil empregados)	15	>8	7 ≤ valor ≤ 8	<7	0,8
	Índice de Desempenho Logístico: Qualidade da infraestrutura de comércio e transporte (1-5)	5	>3	2 ≤ valor ≤ 3	<2	1,8
	Qualidade da infraestrutura geral (1-7)	7	>4,5	3 ≤ valor ≤ 4,5	<3	2,4
	Assinaturas de planos de banda larga móvel (por 100 habitantes)	100%	>75%	50% ≤ valor ≤ 75%	<50%	0%
	Proporção da população que utiliza a internet (%)	100%	>80%	50% ≤ valor ≤ 80%	<50%	1,6%
	Registros de patentes solicitadas de acordo com o PCT no país de residência do(a) inventor(a) (por milhão de habitantes)	305,3	>50	100 ≤ valor ≤ 50	<100	1,8
10	Coefficiente de Gini (0-100)	25,4	<30	30 ≤ valor ≤ 40	>40	63,1
	Índice de Palma	0,85	<1	1 ≤ valor ≤ 1,2	>1,2	3,3
	Índice de Justiça Social do Pisa (0-10)	10	>5,6	4 ≤ valor ≤ 5,6	<4	3,6
11	Concentração média anual de material particulado menor que 2,5 microns de diâmetro (PM2,5) (µg/m3) em áreas urbanas	0	<10	10 ≤ valor ≤ 20	>20	48,4
	Cômodos por pessoa	2,4	>1,5	1,1 ≤ valor ≤ 1,5	<1,1	1
	Fontes melhoradas de água, encanada (% da população urbana com acesso)	100%	>98%	75% ≤ valor ≤ 98%	<75%	6,1%
12	Porcentagem de água residual antropogênica que recebe tratamento (%)	100%	>50%	15% ≤ valor ≤ 50%	<15%	0%
	Resíduos sólidos municipais (kg/ano/capita)	0,1	<1	1 ≤ valor ≤ 2	>2	5,4
	Resíduos sólidos municipais não reciclados (kg/pessoa/ano)	0,7	<1	1 ≤ valor ≤ 1,5	>1,5	2,4
13	Emissões de CO2 per capita relativas a eletricidade (tCO2/capita)	0	<2	2 ≤ valor ≤ 4	>4	20,9
	Monitor de Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas (0-1)	0	<0,1	0,1 ≤ valor ≤ 0,2	>0,2	0,4

ODS	Descrição/Rótulo	Melhor (= 100)	Verde	Amarelo	Vermelho	Pior (= 0)
14	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Água Limpa (0-100)	100	>70	60 ≤ valor ≤ 70	<60	44,1
	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Biodiversidade (0-100)	100	>90	80 ≤ valor ≤ 90	<80	66,4
	Meta do Índice de Saúde dos Oceanos – Pesca (0-100)	100	>70	60 ≤ valor ≤ 70	<60	2
	Ambientes marinhos de importância para a biodiversidade com proteção total (%)	100%	>50%	10% ≤ valor ≤ 50%	<10%	0%
	Porcentagem de sobrepesca ou colapso de Recursos Pesqueiros por ZEE (%)	0	<25	25 ≤ valor ≤ 50	>50	91,7
15	Classificação na Lista Vermelha de espécies ameaçadas (0-1)	1	>0,9	0,8 ≤ valor ≤ 0,9	<0,8	0,7
	Alteração anual da área de florestas (%)	0,1	<0	0 ≤ valor ≤ -2	>-2	31
	Ambientes terrestres de importância para a biodiversidade com proteção total (%)	100%	>50%	10% ≤ valor ≤ 50%	<10%	0%
16	Homicídios (por 100 mil habitantes)	0	<1,5	1,5 ≤ valor ≤ 3	>3	39,9
	População carcerária (por 100 mil habitantes)	18	<100	100 ≤ valor ≤ 200	>200	510
	Proporção da população que se sente segura ao andar à noite sozinha na cidade ou região onde mora. (%)	100%	>80%	50% ≤ valor ≤ 80%	<50%	34,8%
	Índice de Percepção de Corrupção (0-100)	100	>60	40 ≤ valor ≤ 60	<40	15
	Proporção de crianças com menos de 5 anos que tiveram o nascimento registrado junto a autoridades civis, por idade (%)	100%	>98%	75% ≤ valor ≤ 98%	<75%	10,3%
	Eficiência governamental (1-7)	7	>4,5	3 ≤ valor ≤ 4,5	<3	2,5
17	Direito de propriedade (1-7)	7	>4,5	3 ≤ valor ≤ 4,5	<3	2,6
	Para países de renda alta e todos os membros do CAD da OCDE: Financiamento público internacional concessional, incluindo assistência oficial ao desenvolvimento (% da RNB)	1%	>0,7%	0,35% ≤ valor ≤ 0,7%	<0,35%	0,1%
	Para todos os outros países: Carga tributária (% do PIB)	84,6%	>25%	15% ≤ valor ≤ 25%	<15%	11%
	Gastos com saúde, educação e P&D (% do PIB)	23%	>16%	8% ≤ valor ≤ 16%	<8%	5,1%

Fonte: Análise dos autores

3.2 Agregação de indicadores em cada ODS

O objetivo dos Painéis de ODS é destacar os objetivos que pedem atenção especial em cada país e que devem ser priorizados na tomada premente de ação. A média de todos os indicadores de um ODS pode esconder áreas de interesse para a elaboração de políticas. Cria também o risco de que dados fracos ou indisponíveis obscureçam grandes desafios, como no caso do ODS

4, em que não temos à disposição informações adequadas para a comparação internacional sobre os resultados educacionais, ou do ODS 12, em que faltam medições básicas a respeito do consumo e da produção sustentável. Esse risco é particularmente agudo em países de renda alta e média alta que conquistaram avanços significativos em muitas dimensões dos ODS, mas podem enfrentar deficiências graves em variáveis importantes.

Portanto, os Painéis de ODS utilizam a função de mínimo ou de Leontief para agregar os valores dos indicadores registrados em cada ODS. Isso significa que a pontuação de cada objetivo é obtida a partir da variável em que o país registra o pior desempenho. Essa abordagem gera “avaliações rigorosas”, pois nossa intenção é destacar as lacunas no sucesso dos ODS, não os pontos fortes. Portanto, quando um país obtiver uma nota vermelha, não significa que sua pontuação é baixa em todos os indicadores daquele objetivo, mas sim que possui um resultado baixo (“vermelho”) em pelo menos um dos indicadores. Os perfis dos países e os dados disponíveis na internet oferecem informações detalhadas a respeito de cada um deles, permitindo que o leitor determine o desempenho em todas as variáveis.

Conforme descrito no relatório, apresentamos os Painéis de ODS separados por país. Os membros da OCDE têm acesso a mais dados e possuem os recursos necessários para garantir um avanço rápido no sentido do sucesso dos ODS, portanto incluímos mais variáveis em Painéis à parte especificamente para esses países, de modo a complementar o conjunto global, mais limitado. Como a OCDE produz informações melhores e de cotejo mais facilitado sobre desemprego na comparação com os dados disponíveis internacionalmente, o indicador correspondente nos Painéis dos países da OCDE substitui a variável utilizada no documento global. Da mesma forma, o indicador referente aos resíduos sólidos municipais foi substituído por um indicador que calcula os índices de reciclagem. Todas as variáveis complementares incluídas nos Painéis dos países da OCDE estão descritas nos metadados e o desempenho nacional de cada um deles nas variáveis está resumido no perfil de cada um disponível na internet.

O relatório mostra que os países mais pobres, principalmente na África subsaariana, enfrentam grandes desafios na maioria dos ODS. Assim, consideramos também a adoção de metodologias

de agregação diferentes para membros e não membros da OCDE, como a função de mínimo e a média aritmética. No entanto, essas abordagens distintas levaram a resultados absolutamente discrepantes entre países na intersecção dos dois grupos. Notadamente, Estados de renda alta ou média alta que não fazem parte da OCDE acabaram registrando muito menos ODS “vermelhos” que nações semelhantes membros da organização. Para evitar distinções de tamanha arbitrariedade, optamos por adotar a mesma metodologia em Painéis de ODS inteiros, acrescentando variáveis quando disponíveis em formato comparável internacionalmente, isto é, nos países da OCDE.

3.3 Abrangência de países e dados indisponíveis

Os Painéis de ODS utilizam os indicadores identificados na Tabela 3 e incluem todos os países membros da ONU que tenham dados sobre pelo menos 80% das variáveis (Tabela 6). Como só há informações disponíveis sobre oceanos, referentes ao ODS 14, para países com costa marítima, aplicamos o limite de 80% em 116 dessas nações com população acima de 1 milhão de habitantes. Todos os dados, incluindo de países que não foram considerados nos Painéis, estão disponíveis na internet.

Anexo 2: Perguntas Frequentes sobre o Índice e os Painéis de ODS

Motivação

P: O que são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

R: Os 17 ODS foram adotados por todos os países-membros das Nações Unidas para orientar a colaboração internacional no sentido de atingir o desenvolvimento sustentável. A intenção é erradicar a pobreza, enfrentar a desigualdade, proteger o planeta, promover a paz e garantir a prosperidade de todos. Cada objetivo possui metas específicas que devem ser alcançadas nos próximos 15 anos. Consulte mais informações sobre os ODS no site da ONU na internet.

P: Por que desenvolver um Índice de ODS e como ele deve ser utilizado?

R: O Índice de ODS agrega dados disponíveis sobre todos os ODS em um índice composto preliminar para oferecer aos países uma avaliação rápida de como está o desempenho de cada um deles com relação a seus pares. Dessa forma, o Índice de ODS contribui para chamar atenção para os objetivos e seu papel como uma ferramenta de orientação de políticas nacionais e estratégias de longo prazo para o desenvolvimento sustentável. A intenção não é comparar países com situações absolutamente discrepantes de desenvolvimento, mas oferecer um parâmetro utilizando uma medida holística única que compreenda todos os ODS e trate cada objetivo de maneira igualitária. Assim como os Painéis de ODS, o Índice de ODS foi elaborado de modo a oferecer apoio ao debate nacional sobre a operacionalização dos ODS, em vez de monitorar os avanços no sentido de alcançá-los.

O Índice de ODS (Tabela 1) mostra que os países ricos, em especial do norte da Europa, registram o melhor desempenho. Ainda assim, isso não significa que a Suécia e outras nações de classificação alta já atingiram os ODS. Como fica claro nos Painéis de ODS, todos os Estados apresentam pontuação “vermelha” em pelo menos dois e “amarela” em um grande número de objetivos. Os ODS exigem que todos os países adotem mais atitudes para alcançá-los.

P: Por que desenvolver Painéis de ODS e como eles devem ser utilizados?

R: No início de 2016, a Comissão Estatística da ONU recomendou a adoção de cerca de 231 indicadores para os ODS, mas, no caso de muitos países, ainda não há dados disponíveis a respeito da imensa maioria desses parâmetros propostos. Ainda levará tempo e investimentos em capacidade estatística para o desenvolvimento de sistemas de dados nacionais para que todos os países possam monitorar seu progresso no cotejo com indicadores oficiais (consulte também as recomendações do Grupo de Especialistas sobre os Indicadores dos ODS). Entrementes, as nações precisam dar início ao processo de operacionalização e implementação dos objetivos com os dados já disponíveis e os públicos de interesse, decidir quais ODS devem ser considerados prioritários. Não foram coletados dados inéditos para a produção do Índice e dos Painéis de ODS – todos se baseiam em informações já publicadas.

P: O Índice e os Painéis substituem ou competem com o monitoramento e os indicadores oficiais de ODS?

R: Não. O Índice e os Painéis de ODS são ferramentas analíticas preliminares elaboradas com o intuito de ajudar poder público e outros públicos de interesse a se debruçarem e entenderem sua posição atual no esforço de alcançar os ODS e na identificação de prioridades que exigem tomada urgente de ação. Conforme

forem disponibilizados, novos dados serão incluídos nesses relatórios, que serão publicados anualmente durante os próximos três anos. Ao mesmo tempo, os países deverão elaborar um conjunto completo de sistemas de monitoramento para acompanhar as métricas de ODS recomendadas pela Comissão Estatística da ONU. Isso exigirá grandes investimentos no desenvolvimento de suas capacidades estatísticas, principalmente em países mais pobres ou com baixa capacidade estatística. Com o tempo, todas as nações devem ter condições de acompanhar variáveis críticas dos ODS para monitorar o avanço de seus esforços para alcançar os objetivos.

P: Como o Índice e os Painéis de ODS foram desenvolvidos e por quem?

R: O Índice e os Painéis de ODS foram desenvolvidos em conjunto pela Bertelsmann Stiftung e pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), sob liderança dos diretores científicos Guido Schmidt-Traub e Christian Kroll. Os autores se apoiaram em grande medida nos Indicadores de ODS propostos pela Comissão Estatística da ONU e buscaram assessoria sobre metodologias e dados adequados junto a especialistas de todo o mundo, inclusive com uma consulta pública sobre um primeiro rascunho do relatório. O Índice e os Painéis de ODS também fizeram uso de um primeiro protótipo de Índice de ODS dos países membros da OCDE desenvolvido pela Bertelsmann Stiftung e um relatório sobre os indicadores de ODS produzido pela SDSN. Todos os dados e pressupostos metodológicos estão disponíveis na internet.

P: Por que desenvolver um Índice e Painéis de ODS específicos para os países membros da OCDE?

R: O relatório propõe a criação de um Índice e Painéis Ampliados de OSD para os países da OCDE. Ambos ampliam a versão global dos documentos com 15 variáveis complementares para promover uma avaliação mais rica

dos desafios enfrentados por essas nações no sentido de alcançar os ODS. A inclusão de outras variáveis coloca expectativas mais altas sobre os países membros da OCDE, o que se justifica pelo fato de que esses Estados possuem os recursos necessários para alcançar os ODS. O Índice e os Painéis Ampliados de ODS também podem ajudar a identificar prioridades para o desenvolvimento da capacidade estatística e para a geração de novos dados sobre os objetivos em países que não fazem parte da organização.

Seleção de dados e indicadores

P: Como foi a seleção dos indicadores adotados no Índice e nos Painéis de ODS? Por que não são idênticos aos parâmetros oficiais propostos recentemente?

R: O Índice e os Painéis de ODS utilizam indicadores adequados para os quais há disponibilidade imediata de pelo menos 80% dos dados sobre os 149 países com população superior a 1 milhão de habitantes, ou seja, pelo menos 124 países. Para identificar os parâmetros apropriados, todos os indicadores oficiais de ODS propostos recentemente foram revisados no sentido de determinar a disponibilidade e a pertinência dos dados para inclusão em um Índice e Painéis de ODS. Grandes lacunas foram preenchidas com outras métricas de fontes oficiais ou de credibilidade. Cerca de 63 indicadores atendiam aos padrões exigidos para a inclusão e foram incorporados nestes documentos. Os países com população inferior a 1 milhão de habitantes foram incluídos no Índice e nos Painéis quando havia dados suficientes disponíveis. As decisões sobre a seleção dos indicadores estão descritas no Anexo 1 e nos metadados publicados na internet.

P: Por que alguns países não foram considerados no Índice e nos Painéis de ODS?

R: A inclusão de um país no Índice e nos Painéis dependia da disponibilidade de dados sobre pelo menos 80% dos indicadores. Algumas nações com população inferior a 1 milhão de habitantes possuem informações suficientes e foram, portanto, consideradas na análise. O fato de que muitos países carecem de dados suficientes para a inclusão no Índice e nos Painéis de ODS reforça a necessidade de se garantir mais investimentos para o desenvolvimento de capacidades estatísticas.

P: Qual a origem dos dados considerados no Índice e nos Painéis de ODS?

R: Dentro do máximo de nossas possibilidades, o Índice e os Painéis de ODS se baseiam em estatísticas oficiais passíveis de comparação internacional. Em alguns casos, foram utilizadas métricas não oficiais de outras fontes respeitadas, como apresentado nos metadados disponíveis na internet. As informações sobre cada indicador foram selecionadas com rigor e revisadas para garantir sua qualidade, tempestividade e verificabilidade.

Metodologia

P: Como o Índice e os Painéis de ODS comparam o desempenho de indicadores diferentes?

R: Para garantir a comparabilidade, normalizamos os dados de cada indicador transformando-os linearmente em uma escala de 0 a 100. Enquanto este indica o melhor valor técnico, o zero denota o pior desempenho da amostra. Para fins de clareza e facilidade de interpretação, transformamos alguns indicadores para que, em cada caso, uma pontuação mais alta no indicador corresponda a um progresso geral maior também.

P: Qual é o peso dos ODS e seus indicadores no Índice?

R: Todos os ODS têm o mesmo peso para o Índice e os Painéis, perspectiva que está alinhada com o espírito dos objetivos adotados em setembro de 2015. Isso implica que os países precisam observar os 17 objetivos através de estratégias integradas. Em cada um, todos os indicadores têm o mesmo peso, o que sugere que cada um tem o peso inversamente proporcional ao número de indicadores disponíveis sobre aquele determinado ODS. Uma vantagem dessa abordagem é que, quanto maior e melhor a disponibilidade de dados, mais variáveis podem ser facilmente acrescentadas em um ODS específico sem mudar o peso relativo de todos os outros. Dessa forma, o Índice e os Painéis podem ser aprimorados com o tempo conforme a comunidade epistêmica produzir maior quantidade e qualidade de informações.

P: Qual é o raciocínio por trás dos limiares dos Painéis de ODS? Como eles são determinados?

R: Outros índices adotam um desempenho relativo entre os países para definir limiares. Acreditamos que limiares absolutos são mais adequados, pois a maioria dos ODS exige o sucesso de marcos absolutos. Para avaliar o progresso de um país em um determinado indicador, introduziram-se esses limiares quantitativos absolutos para diferenciar situações em que o limiar foi alcançado (verde), onde ainda há desafios significativos (amarelo) e onde grande desafios ainda devem ser superados para que um país atinja o objetivo (vermelho). Quando possível, esses limiares se basearam nos ODS, suas metas ou outras fontes oficiais. Todos estão especificados nos metadados disponíveis na internet.

P: Que métodos de agregação foram utilizados e como a pontuação geral do Índice de ODS foi calculada?

R: Como descrito no Anexo 1, a escolha da fórmula de agregação pode ter implicações

importantes nos resultados, tanto do Índice quanto dos Painéis. A adoção de uma média simples dos valores dos indicadores (agregação aritmética) implica que esses indicadores são perfeitamente substituíveis: o progresso de uma variável pode compensar a falta de progresso em outra. Essa abordagem é razoável quando se tratam de indicadores relativos a um mesmo objetivo e que tendem a se complementar, portanto utilizamos médias aritméticas para agregar as variáveis de cada ODS para o cálculo do Índice e dos Painéis.

No entanto, podem ocorrer grandes compensações entre os ODS. O avanço de um objetivo (por exemplo, maior crescimento econômico) não contrabalanceará completamente a falta de progresso de outro (ex.: aumento da desigualdade ou degradação ambiental). Por esse motivo, os países precisam avançar em todos os objetivos. Em outras palavras, é preciso pressupor uma substituíbilidade limitada entre objetivos, o que em geral se faz adotando a média geométrica. Podemos, assim, utilizar essa abordagem a respeito das pontuações de cada ODS para calcular o Índice geral de ODS.

Na prática, felizmente, os dois métodos de agregação reproduzem quase as mesmas classificações e praticamente as mesmas pontuações para as maiorias dos países (correlação = 0,972). Para fins de simplificação, adotamos, portanto, a agregação aritmética, mesmo com o apelo conceitual da agregação geométrica. Abre-se assim, naturalmente, a possibilidade de se interpretar o significado da pontuação nacional no Índice de ODS. Assim, um valor de X% (ex.: 70%) indica que o país está a 70% do caminho do pior para o melhor na média dos 17 ODS.

Um terceiro método para agregar as pontuações dos indicadores é a função de mínimo ou Leontief, que atribui o valor do indicador em que o desempenho do país é pior como nota daquele ODS. Essa abordagem é útil na identificação de áreas dentro de cada objetivo em que

um país precisa buscar maior avanço. Portanto, adotamos a função de mínimo para calcular o código de cores dos Painéis de ODS. Se um país está “vermelho” em um indicador de um determinado ODS, sua pontuação geral para aquele objetivo será “vermelha”.

P: Como o Índice e os Painéis de ODS tratam da questão da indisponibilidade de dados?

R: O Índice e os Painéis de ODS não fazem modelagem nem extrapolação dos dados para preencher lacunas, porque esses resultados são propensos a erros. Nesse primeiro momento de implementação dos ODS, também queremos destacar as lacunas na disponibilidade de dados para encorajar governos e o sistema internacional a tratar da questão. O Anexo 1 descreve algumas exceções onde foram imputados dados sobre grupos de países.

Interpretação dos resultados e limitações

P: A Suécia está em 1º lugar no Índice de ODS. Significa que o país alcançou os ODS?

R: De forma alguma. A Suécia tem o melhor desempenho na média e com base nos dados que pudemos mobilizar para o Índice de ODS. No entanto, como fica claro nos Painéis, todos os países enfrentam grandes desafios para alcançar os ODS. Isso se aplica também à Suécia e a outros países em posições altas.

P: Os ODS definem uma agenda universal. Então por que os países ricos têm desempenho relativamente bom no Índice de ODS?

R: Alguns observadores ficaram surpresos ao constatar que a classificação dos países no Índice de ODS guarda semelhanças com rankings de índices mais restritos que se concentram na renda per capita e em outras medições de desenvolvimento humano, como escolaridade e saúde. A preocupação é que o Índice poderia

omitir variáveis importantes nas quais as nações ricas apresentam desempenho pior que outras e assim, produzir resultados enviesados.

Como detalhado abaixo, ainda existem lacunas importantes nos dados considerados no Índice e nos Painéis de ODS, incluindo sobre objetivos como o ODS 12, sobre produção e consumo sustentáveis, ou sobre a parceria global, na qual países ricos tendem a se sair pior. No entanto, outras lacunas trazem um viés oposto (ex.: saúde, educação, cidades inclusivas). Preencher esses espaços melhoraria a classificação relativa de Estados mais ricos.

Na balança, considerar o mesmo peso para todos os ODS fará com que países de renda alta tenham melhor desempenho na média. Essa tendência aparece na maioria das prioridades econômicas e sociais dos objetivos. Eles também têm melhores resultados em algumas prioridades ambientais “locais”, incluindo o acesso a água tratada, taxas de desmatamento e índices de perda de biodiversidade. Os países ricos apresentam desempenho pior em emissões de gases do efeito estufa e métricas relativas ao consumo e à produção sustentável, mas esses indicadores representam uma parcela modesta das prioridades dos ODS.

P: Qual é a relação do Índice de ODS com outros índices de desenvolvimento relativos a esses objetivos?

R: Existem muitos outros índices de desenvolvimento compostos, mas não temos conhecimento de nenhum que acompanhe todos os 17 ODS no nível nacional. A Bertelsmann Stiftung publicou um relatório, o primeiro a propor um índice dos países-membros da OCDE para acompanhar o sucesso dos objetivos e determinar as prioridades de implementação em cada Estado. Outro esforço significativo foi feito pelo Instituto de Desenvolvimento Ultramarino, ou Overseas Development Institute, que apresentou um [Catálogo de ODS regional](#),

projetando tendências em dimensões-chave dos ODS para determinar as áreas em que será necessário trabalhar na aceleração dos avanços. O Anexo 1 e os materiais disponíveis na internet demonstram como o Índice de ODS se relaciona com outros índices de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano.

P: Como posso acessar os dados sobre meu país ou região?

R: O perfil dos países está disponível na internet. O conjunto completo de dados também está disponível para o público no sitewww.sdindex.org. As informações serão atualizadas periodicamente.

P: Quais são as grandes limitações dos dados?

R: Conforme explicado no relatório, a indisponibilidade de dados em algumas áreas deixa lacunas significativas na análise. A necessidade de medições mais amplas é particularmente urgente para as prioridades relativas aos ODS abaixo:

- Agricultura sustentável (ODS 2)
- Cobertura universal de serviços de saúde (ODS 3)
- Qualidade da educação (ODS 4)
- Empoderamento feminino (ODS 5)
- Gestão integrada de recursos hídricos (ODS 6)
- Trabalho decente (ODS 8)
- Cidades inclusivas e sustentáveis (ODS 11)
- Produção e consumo sustentáveis (ODS 12)
- Resiliência e impactos das mudanças climáticas (ODS 13)
- Serviços ambientais (ODS 14 e 15)
- Meios de implementação (ODS 17 e outros).

Além disso, os Painéis de ODS não apreendem desafios regionais importantes que são menos relevantes no nível global, como doenças tropicais negligenciadas, malária e desigualdade educacional. Da mesma forma, não há dados globais disponíveis para acompanhar o impacto

que um país pode ter no sucesso do ODS em outra nação (ex.: com a importação de recursos naturais). Esses desafios exigem análise cuidadosa e serão discutidos em versões posteriores do Índice e dos Painéis de ODS.

P: O Índice e os Painéis incluem dados sobre tendências?

R: A disponibilidade de dados sobre tendências ou séries históricas é muito esparsa para estimar o ritmo nacional das transformações de todas as variáveis. O resultado disso é que o Índice e os Painéis de ODS apresentam uma noção inicial da posição atual dos países com relação ao sucesso dos ODS. No futuro, o trabalho pode se concentrar na estimativa de linhas de base histórica para calcular o ritmo das transformações.

Próximos passos

P: O Índice e os Painéis de ODS serão atualizados?

R: O Índice e os Painéis de ODS serão atualizados anualmente nos próximos três anos para incluir novos indicadores conforme a disponibilidade, atualizar informações e incorporar sugestões sobre como tornar as ferramentas mais úteis para os países e outros públicos de interesse. O aprimoramento do site será contínuo para facilitar o uso em tempo real dos dados e comparações entre países.

P: Para quem posso enviar meus comentários sobre o Índice e os Painéis de ODS?

R: Agradecemos o envio de comentários e sugestões para melhorar o Índice e os Painéis de ODS. Mande suas observações para o e-mail info@sdgindex.org.

Referências

- Anand, S. and A. Sen. 2000. Human Development and Economic Sustainability. World Development. Vol. 28, No. 12, pp. 2029-2049
- Arrow, K., Chenery, H., Minhas, B., and R. Solow. 1961. Capital-Labor Substitution and Economic Efficiency. The Review Of Economics And Statistics, 43(3), 225. <http://dx.doi.org/10.2307/1927286>
- Blackorby, C. and D. Donaldson. 1982. Ratio-Scale and Translation-Scale Full Interpersonal Comparability without Domain Restrictions: Admissible Social-Evaluation Functions. International Economic Review, 23(2), 249. <http://dx.doi.org/10.2307/2526436>
- BirdLife International, IUCN (International Union for Conservation of Nature) and UNEP-WCMC (United Nations Environment Programme – World Conservation Monitoring Center) .2016. Resources and Data <http://www.unep-wcmc.org/resources-and-data>
- Brauer, M. et al. 2016. Ambient Air Pollution Exposure Estimation for the Global Burden of Disease 2013. Environmental Science & Technology 50, no. 1: 79–88. <http://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.PM25.MC.M3>
- Carbon Dioxide Information Analysis Center. 2016. Environmental Sciences Division, Oak Ridge National Laboratory, Tennessee, United States. <http://data.worldbank.org/indicator/EN.ATM.CO2E.PC>
- Cassidy, M. 2014. Assessing Gaps in Indicator Availability and Coverage. New York: Sustainable Development Solutions Network. Available at <http://unsdsn.org/resources/publications/assessing-gaps-in-indicator-availability-and-coverage/>
- FAO (Food and Agriculture Organization). 2015. FAO Stat. Available at <http://data.worldbank.org/indicator/SN.ITK.DEFC.ZS>
- FAO (Food and Agriculture Organization), IFAD (International Fund for Agricultural Development) and WFP (World Food Programme). 2015. The State of Food Insecurity in the World 2015. Meeting the 2015 international hunger targets: taking stock of uneven progress. Rome: FAO.
- Ferreira, F., Chen, S., Dabalén, A., Dikhanov, Y., Hamadeh, N., and D. Jolliffe .2015. A global count of the extreme poor in 2012: data issues, methodology and initial results. Washington D.C.: World Bank. Available at <http://ftp.iza.org/dp9442.pdf>
- Foa, R. and J. Tanner. 2011. Methodology of the Indices of Social Development. Available at <http://www.indsocdev.org/resources/%20Methodology%20of%20the%20Social%20Development%20Indices%20jan11.pdf>
- Gallup .2015. Gallup World Poll. Gallup.com. Retrieved on 7 July 2016, from <http://www.gallup.com/services/170945/world-poll.aspx>
- Helliwell, J., Layard, R., and J. Sachs .2016. World Happiness Report 2016. New York: Sustainable Development Solutions Network.
- Hsu, A. et al. 2016. Environmental Performance Index. New Haven, CT: Yale University.
- IAEG-SDGs (Inter-agency Expert Group on SDG Indicators) .2016. Provisional Proposed Tiers for Global SDG Indicators as of March 24, 2016. New York: Inter-Agency Expert Group on SDG Indicators. Available at <http://unstats.un.org/sdgs/files/meetings/iaeg-sdgs-meeting-03/Provisional-Proposed-Tiers-for-SDG-Indicators-24-03-16.pdf>
- IEA (International Energy Agency). 2015. CO2 Emissions From Fuel Combustion <https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/CO2EmissionsFromFuelCombustionHighlights2015.pdf>

- ILO (International Labor Organization). 2016. Key Indicators of the Labor Market (KILM) 7th Edition http://www.ilo.org/empelm/pubs/WCMS_114060/lang--en/index.htm
- ICPR (Institute for Criminal Policy Research). 2016. World Prison Population List 11th Edition http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_11th_edition.pdf
- IMF (International Monetary Fund). 2015. Financial Access Survey, 2015 <http://data.imf.org/?sk=E5DCAB7E-A5CA-4892-A6EA-598B5463A34C>
- IPU (Inter-Parliamentary Union) .2016. Women in national parliaments <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>
- ITU (International Telecommunication Union) .2015. ICT Statistics <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>
- IUCN (International Union for Conservation of Nature) and BirdLife International. 2016. Red List of Species; <http://www.birdlife.org/news/tag/iucn-red-list>
- Kokoska, S. and D. Zwillinger .2000. CRC standard probability and statistics tables and formulae (pp. Section 14.7). Boca Raton, Fla.: Chapman & Hall/CRC.
- Kroll, C. 2015. Sustainable Development Goals: Are the rich countries ready? Guetersloh: Bertelsmann Stiftung.
- Nicolai, S., Hoy, C., Berliner, T., and A. Thomas .2016. Projecting progress: Reaching the SDGs by 2030. London: Overseas Development Institute. Available at <http://www.developmentprogress.org/sdgs-scorecard>
- OECD (Organization for Economic Cooperation and Development). 2012. PISA Score <http://www.oecd.org/pisa/keyfindings/pisa-2012-results.htm>
- OECD (Organization for Economic Cooperation and Development). 2016. Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development.
- OECD (Organization for Economic Cooperation and Development). 2016a. OECD Statistics. stats.oecd.org. Retrieved on 7 July 2016 from <http://stats.oecd.org/>
- Ocean Health Index. 2016. Ocean Health Index Assessment Manual. National Center for Ecological Analysis and Synthesis, University of California
- Osberg, L. and A. Sharpe .2002. An Index of Economic Well-Being for Selected OECD Countries. *Rev Income Wealth*, 48(3), 291-316. <http://dx.doi.org/10.1111/1475-4991.00056>
- Rickels, W., Quaas, M., and M. Visbeck. 2014. How healthy is the human-ocean system? *Environment Research Letters*, 9(4), 044013. <http://dx.doi.org/10.1088/1748-9326/9/4/044013>
- Sachs, J., Schmidt-Traub, G., and D. Durand-Delacre .2016. Preliminary Sustainable Development Goal (SDG) Index and Dashboards. New York: Sustainable Development Solutions Network.
- Sea Around Us .2016. Tools and Data. <http://www.searoundsus.org/data/-/eez>
- SEE4All (Sustainable Energy for All). 2016. <http://www.se4all.org/>
- SDSN. 2015. Getting Started with the Sustainable Development Goals. A Guide to Stakeholders. New York and Paris: Sustainable Development Solutions Network. Available <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2015/12/151211-getting-started-guide-FINAL-PDF-.pdf>
- HCSS (The Hague Centre for Strategic Studies) .2015. Climate change vulnerability monitor <http://projects.hcss.nl/monitor/>
- Transparency International. 2015. Corruption Perception Index 2015 Methodology. Berlin: Transparency International. <http://www.transparency.org/cpi2015>
- UNDP (United Nations Development Programme). 2015. Human Development

- Report. New York: Available at <http://hdr.undp.org/en/data>
- UNESCO (United Nations Education, Cultural and Science Organization). 2016. Institute for Statistics. Data Centre.
 - UNICEF (United Nations Children's Emergency Fund). 2013. <http://data.unicef.org/child-protection/birth-registration.html>
 - UNICEF (United Nations Children's Emergency Fund). 2015. Child labor data. New York: UNICEF.
 - UNICEF (United Nations Children's Emergency Fund), WHO (World Health Organization) and World Bank. 2015. Joint Child Malnutrition Estimates <http://data.worldbank.org/child-malnutrition>
 - United Nations Economic and Social Council. 2015. Report of the Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators. New York: United Nations. Available at <http://unstats.un.org/unsd/statcom/47th-session/documents/2016-2-IAEG-SDGs-E.pdf>
 - UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime). 2016. Global Study on Homicides <https://www.unodc.org/gsh/en/data.html>
 - UN Women. 2016. Progress of the world's women http://progress.unwomen.org/en/2015/pdf/UNW_progressreport.pdf
 - UN (United Nations). 2015. Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations.
 - WHO (World Health Organization). 2016. World Health Statistics 2016: Monitoring health for the SDGs
 - WHO (World Health Organization). 2016a. Global Health Observatory (GHO) data http://www.who.int/gho/health_work_force/physicians_density/en/
 - WHO (World Health Organization). 2016b. Fact Sheets. Obesity and overweight <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/>
 - WHO (World Health Organization). 2016c. Unmet need for family planning http://www.who.int/reproductivehealth/topics/family_planning/unmet_need_fp/en/
 - WHO (World Health Organization) and UNICEF. 2015. Estimates of National Immunization Coverage (WUENIC) http://apps.who.int/immunization_monitoring/globalsummary/timeseries/tswucoveredtp3.html
 - WHO (World Health Organization) and UNICEF. 2016. Progress on drinking-water and sanitation. Geneva: World Health Organization.
 - WHO (World Health Organization), UNICEF, UNFPA, The World Bank, and the United Nations Population Division. 2015. Trends in Maternal Mortality: 1990 to 2015. Geneva, World Health Organization.
 - World Bank. 2016. World Development Indicators. The World Bank. Retrieved 7 July 2016, from <http://data.worldbank.org/products/wdi>
 - World Economic Forum. 2016. Global Competitiveness Report 2015-2016. Geneva: World Economic Forum.
 - YCELP (Yale Center for Environmental Law and Policy) and CIESIN (Center for International Earth Science Information Network). 2014. EPI Full Report and Analysis http://www.ciesin.org/documents/2014_epi_report.pdf
 - Zhang, X. and E. Davidson. 2016. Sustainable Nitrogen Management Index (SNMI): Methodology. http://www.umces.edu/sites/default/files/profiles/files/RankingMethod_submit_to_SDSN_SNMI_20160705_o.pdf
 - Zhang, X., Davidson, E., Mauzerall, D., Searchinger, T., Dumas, P., and Y. Shen, Y. 2015. Managing nitrogen for sustainable development. Nature. <http://dx.doi.org/10.1038/nature15743>



